

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SALVADOR 2020

COLIGAÇÃO EXPERIÊNCIA, AMOR E RAÇA

Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – Partido Popular (PP)

Olívia Santana (PCdoB)

Candidata a Prefeita

Joca Soares (PP)

Candidato a Vice-Prefeito

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO EXPERIÊNCIA, AMOR E RAÇA (PCdoB –PP)
PROGRAMA DE GOVERNO

Equipe responsável:

Daniele Costa, Licenciada em Ciências Sociais e Gestora estadual de políticas para as mulheres

Gabriela Caldas Quintão Silva, Arquiteta e Urbanista

Gisélia Santana Souza, Doutora em Saúde Pública

Karina da Hora Farias, Especialista em Gestão da Segurança Pública e em Gestão de Pessoas

Karla Santos Ramos, Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação

Alexandro da A. Reis, Gestor Financeiro

Claudio Meirelles Mattos, Auditor da Sefaz-BA, Diretor do Sindsefaz-BA e da Fetrab

Elias Ramos de Souza, Doutor em Biofísica (coordenador)

Javier Alfaya, Arquiteto e Mestre em Cultura e Desenvolvimento

Marcos Ferreira Pimentel, Engenheiro Civil e Especialista em Gerenciamento de Transporte Urbano, em Acidentologia de Trânsito e em Administração e Gestão Pública

Nilton Vasconcelos Júnior, Doutor em Administração

Vicente José de Lima Neto, Especialista em Administração

Agradecimentos

Olívia Santana, Joca Soares e a coordenação da pré-campanha agradecem às e aos palestrantes, às debatedoras e debatedores e a todas as pessoas que colaboraram com a elaboração desse programa de governo participando de debates, *lives*, encontros nos bairros, reuniões de dirigentes e grupos de apoio ou enviando a sua contribuição pelas diferentes conexões e canais estabelecidos ao longo desta caminhada.

Programa de Governo

Sumário

Apresentação	4
Introdução.....	5
1. Retomar a economia com mais trabalho, cultura e inovação	15
1.1 Geração de trabalho, emprego e renda	16
Diretrizes programáticas	18
1.2 Cultura e desenvolvimento	20
Diretrizes programáticas	22
1.3 Inovação e cidade inteligente.....	24
Diretrizes programáticas	25
2. Desenvolvimento urbano e sustentabilidade	26
2.1 Moradia, habitação e meio ambiente em Salvador.....	28
Diretrizes programáticas	29
2.2 O direito à cidade, mobilidade urbana e infraestrutura	31
Diretrizes programáticas	32
2.3 Esportes e lazer	33
Diretrizes programáticas	35
2.4 O turismo em Salvador	36
Diretrizes programáticas	37
3. Cuidado com as pessoas, desenvolvimento social e reparações	38
3.1 Direito à educação de qualidade	38
Diretrizes programáticas	40
3.2 Saúde e qualidade de vida.....	43
Diretrizes programáticas	46
3.3 Política de assistência social	47
Diretrizes programáticas	49
3.4 Segurança pública.....	50
Diretrizes programáticas	51
3.5 Políticas públicas para as mulheres, combate ao racismo e promoção da igualdade racial	52
Diretrizes programáticas	55
4. Gestão democrática da cidade	57
Diretrizes programáticas	58

Apresentação

É com alegria que apresentamos à população de Salvador o Programa de Governo da nossa coligação EXPERIÊNCIA, AMOR E RAÇA em favor de um novo pacto social para Salvador. Queremos e vamos trabalhar por uma cidade para todas as pessoas, corrigindo distorções e estendendo a mão para quem mais precisa.

Se no plano da geografia é bonito ver a cidade de dois andares, interligados pelo histórico Elevador Lacerda, no aspecto social não podemos fechar os olhos e nem naturalizar o profundo desnível entre os que estão na base da pirâmide social e os que estão no topo.

Eu, Olívia Santana, e o meu vice, Joca Soares, estamos empenhados com o trabalho em favor de abrir oportunidades para toda a nossa gente de maneira verdadeiramente universal, pois temos compromisso em corrigir distorções, em combater sempre o racismo, o machismo e outros preconceitos e discriminações que embaraçam a vida das pessoas negras, das mulheres, da comunidade LGBTQI+, das pessoas com deficiência.

Queremos aproximar as pessoas, valorizar a nossa rica diversidade; acreditamos que ninguém é melhor do que o outro e que todo mundo deve ter um lugar ao sol com dignidade. É com esta visão que realizaremos a gestão deste município, promovendo políticas públicas que façam de Salvador um exemplo de cidade mais justa, mais humana, mais igual, sem deixar ninguém para trás.

Introdução

“Um dia voltarás, talvez, e então teremos reformado o mundo, e só a alegria, e a saúde e a fartura caberão na beleza imortal da Bahia.”

Jorge Amado, Bahia de Todos os Santos, 1945

Salvador, que já nasceu para ser metrópole, é o lugar escolhido pelos povos originários que aqui habitavam antes da invasão portuguesa. Fundada para administrar a colônia escravista, foi capital do Brasil de 1549 a 1763, quando perde essa posição para o Rio de Janeiro em função da ascensão da mineração. Entretanto, continuou destacando-se como metrópole regional, vindo a assumir, com o passar do tempo, posições de liderança na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no Estado da Bahia e na Região Nordeste.

A cidade que, em 1940, contava com uma população de apenas 290 mil habitantes experimentou um crescimento extraordinário, associado à industrialização e à modernização do país. É, atualmente, a quarta cidade mais populosa do Brasil, com cerca de 2,9 milhões de habitantes.

Mas Salvador traz uma herança colonial, um estigma que deixou marcas de diversas desigualdades sociais, combinações de raça, gênero e classe. Marcas cultivadas por diversos governos, mesmo em fases áureas do desenvolvimento econômico que vem privilegiando alguns, excluindo milhares, cristalizando assimetrias socioeconômicas. Salvador cresceu como uma cidade marcadamente desigual, por segregações entre ricos e pobres. Gente que não por acaso se diferencia por cor-e-raça. Descolonizar Salvador é possível, seu povo sabe e exige.

O imortal escritor Jorge Amado, em *Bahia de Todos os Santos*, publicado em 1945, ano em que foi eleito deputado constituinte pelo Partido Comunista, retrata a capital baiana como “mistura de beleza e sofrimento, de fartura e fome, de risos álacres e lágrimas doloridas.” Ao mesmo tempo, o escritor que denuncia e lamenta as disparidades sociais também deposita esperanças em dias melhores, nos quais “só a alegria, e a saúde e a fartura caberão na beleza imortal da Bahia.”

Mais de sete décadas passaram-se e a cidade continua ostentando desigualdades racializadas, espacializada com lugares de ricos, de classe média, dos pobres e dos miseráveis identificando-se por diferenciais quanto à qualidade de serviços, oportunidades de trabalho, lugares de esporte e lazer, qualidade das escolas, quanto à segurança e muito mais. Diferenciais que ecoam violências de várias ordens, no público e no privado, como contra mulheres, e que atingem mais os mais pobres, os não brancos e podem vitimizar muitos outros. Ninguém pode sentir-se seguro em ambiências de desigualdades sociais, em especial em tempos que os subalternizados estão por várias formas reagindo, resistindo e dizendo, chega. A história não é uma roda sem timoneiros, sem sujeitas e sujeitos.

São os ecos de quase quatro séculos de escravização das populações indígenas e de origem africana e da modernização capitalista operada a partir do século XX que resultou no

crescimento e no desenvolvimento da cidade, em compasso e por vezes descompasso com o desenvolvimento do país, fundado no aprofundamento do fosso entre ricos e pobres.

Desta maneira, enfatiza-se que ainda persistem as relações de dominação que nos remetem à inconclusa abolição no Brasil, de uma cidade que herda da sociedade escravagista a elite branca e rica que governa a cidade sem cuidar da maioria das pessoas, principalmente das mulheres negras, que compõem a base da pirâmide social.

Cerca de 82% da população de Salvador, ou 2,4 milhões de habitantes, é constituída de pessoas autodeclaradas pretas (35,5% ou 1,1 milhão de pessoas) ou pardas (46,5% ou 1,3 milhão), o que lhe confere a condição de maior cidade negra fora da África. As mulheres e homens correspondem a, respectivamente, 53% e 47% da população total.

De acordo com o último censo do IBGE (2010), as pessoas de 10 anos e mais eram estratificadas em 37% sem rendimento, 4,8% com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM), 24% mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM, 16% mais de 1 a 2 SM, totalizando 82,3% de pessoas com renda de até 2 SM. No outro extremo, 1,8% tinha rendimento de mais de 10 a 20 SM e 0,7% de mais de 20 SM, totalizando 2,5% das pessoas com rendimentos superiores a 10 SM.

Os números das desigualdades falam ainda mais alto quando se trata das populações de negros e de mulheres. Em 2010, os rendimentos das pessoas pretas e pardas correspondiam a, respectivamente, 32% e 45% dos rendimentos das pessoas brancas. Por sua vez, as mulheres tinham rendimentos médios iguais a 75% dos rendimentos dos homens. No primeiro trimestre de 2020, o rendimento nominal médio do trabalho em Salvador, no valor de R\$ 2,6 mil, ocupou a 14ª posição entre as capitais. O rendimento médio das mulheres (R\$ 2,07 mil) correspondeu a 2/3 do rendimento dos homens (R\$ 3,14 mil).

Estudo publicado na série Recortes Sociais “Mulheres Chefas de Famílias”, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em parceria com a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, revela que o número de mulheres no comando das famílias na Bahia cresceu 53,6%, no período de 2007 a 2015, enquanto a média nacional foi de 45,9%. As chefas de família concentram-se em maior grau no território de identidade metropolitana de Salvador, com 46,3% em 2015. As chefas de famílias monoparentais, em maioria, autodeclararam-se negras e vivem em situação de extrema pobreza. É marcante a taxa de analfabetismo entre elas. Na RMS, 6,2% das chefas de família monoparentais são analfabetas, contra 1,9% das chefas que vivem com os cônjuges.

Cerca de 56% das famílias soteropolitanas residem precariamente em zonas de especial interesse social (ZEIS). Em torno de 50% da população não têm cobertura dos serviços de atenção básica em saúde. Entre as pessoas de 14 anos de idade ou mais, cerca de 48 mil não têm qualquer instrução formal e 445 mil têm apenas o ensino fundamental incompleto.

Ao lado dos problemas estruturais e seculares enfrentados pela cidade, a pandemia da Covid-19 desafia a sociedade a encontrar soluções inovadoras nos diferentes campos da vida. Muitas pessoas passam a trabalhar em home office. Escolas realizam atividades à distância. Médicos fazem consultas remotas. O comércio eletrônico ganha escala.

A pandemia escancara ainda mais as desigualdades. Quase 60% dos domicílios da cidade não têm acesso à internet fixa de banda larga. A população pobre fica mais exposta às mazelas do vírus. As crianças das famílias de baixa renda não têm acesso à internet nem computador para acompanhar atividades remotas de ensino. Empresas de serviços de delivery ou transporte

não prestam serviços nos bairros populares. Enquanto as pessoas em melhores condições conseguem ter acesso a serviços de educação, saúde e outros pela internet, os mais pobres padecem em filas nas unidades de saúde e agências bancárias em busca de auxílio emergencial.

Países mais preparados antes da pandemia conseguiram enfrentar a crise em melhores condições. O Uruguai criou, em 2007, uma agência governamental de inovação à distância e entregou, a partir daquele ano, um dispositivo pessoal e uma conexão à internet a cada criança. Quando a pandemia se estabeleceu, o país estava melhor preparado. Na primeira semana de fechamento de escolas uruguaias, o uso da plataforma da agência aumentou 1.100 por cento.

O Programa de Governo de Olívia Santana (PCdoB), para prefeita, e Joca Soares (PP), para vice-prefeito, considera que o acesso à internet é fundamental em todas as áreas em que as desigualdades manifestam-se, particularmente no trabalho, saúde, educação, segurança e assistência social. Políticas públicas serão implementadas para ampliar o acesso das pessoas mais necessitadas à internet como fator de enfrentamento das desigualdades e de desenvolvimento tecnológico, cultural, econômico e social.

Tendo como eixo central o combate às desigualdades em Salvador, o Programa de Governo propõe um novo projeto de desenvolvimento para a capital baiana baseado em quatro macrovertentes:

1) **Retomada da economia com mais trabalho, cultura e inovação**, elevação da cidade a um novo patamar de desenvolvimento calcado na geração de trabalho, emprego e renda e na transformação de Salvador em um polo internacional de cultura popular e inovação.

2) **Redirecionamento do desenvolvimento urbano da cidade**, enfatizando a sustentabilidade ambiental, a requalificação da moradia e a mobilidade urbana, articulando o desenvolvimento local com a integração municipal e metropolitana.

3) **Melhoria das condições de vida das pessoas**, por meio da promoção do desenvolvimento na primeira infância e dos direitos à educação, saúde e segurança, reduzindo as distâncias sociais entre ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres, segmentos LGBTQI+, pessoas com deficiência e promovendo direitos com equidade.

4) **Gestão democrática e transparente da cidade**, com valorização da participação popular e controle social, configurada em relações de fortalecimento das instituições democráticas, no orçamento participativo, na dinamização das prefeituras-bairro e conselhos municipais e na melhoria dos serviços e do atendimento ao cidadão, reconhecendo que a cidadania pede respeito à representação dos diversos grupos sociais, transparência de contas públicas e debates prévios à tomada de decisões que afetam a coletividade.

A retomada do desenvolvimento econômico visa à superação dos impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia da cidade e, ao mesmo tempo, o aumento do padrão de desenvolvimento de Salvador que supere índices históricos de taxas elevadas de desemprego e informalidade. Para tanto, enfocará o desenvolvimento das cadeias produtivas nos segmentos de serviços, do turismo e da indústria, articulado com o desenvolvimento local nos bairros populares, o cooperativismo e a economia solidária.

Destaca-se, no projeto, a elevação de Salvador à condição de um polo cultural, tecnológico e de economia criativa de projeção internacional. A capital baiana tem uma economia fortemente assentada nos segmentos de serviços e destaca-se pela invenção do trio elétrico e da guitarra elétrica, pelo carnaval de maior participação popular do planeta, pela capoeira, pelas

suas lideranças na bossa nova, no tropicalismo e na *axé music* e pelos seus ícones nas artes plásticas, na literatura, no cinema novo, na dança, no teatro, na indústria da moda e, sobretudo, pelo seu belo patrimônio histórico. Salvador, cidade inovadora, reúne as condições para colocar a economia criativa em um novo patamar, em sintonia com os avanços das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Vale destacar a beleza natural da nossa cidade, que é litorânea, com belas praias na sua orla atlântica e com a monumental Baía de Todos os Santos. As áreas de valor ambiental e cultural de Salvador, a exemplo do Parque da Cidade, do Parque São Bartolomeu, do Jardim Botânico de Salvador, do Parque Metropolitano de Pituacu, do Dique do Tororó, da Lagoa do Abaeté, da Pedra de Xangô, das Dunas, Marinho da Barra, das ilhas de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré e Ilha dos Frades, entre outros ambientes revelam um enorme potencial para o turismo náutico, ecológico e religioso.

Políticas públicas serão estabelecidas com vistas ao efetivo desenvolvimento criativo da cidade nas artes em geral, destacando as suas potencialidades na música, na moda, na dança, no teatro, no audiovisual e na gastronomia. Em particular, será dada a devida atenção ao potencial de desenvolvimento de novas tecnologias, ao alcance de todos, considerando as diversidades de raça e gênero e que ajudem a elevar o empoderamento de negros, mulheres e comunidades LGBTQI+, assim como das pessoas que moram na periferia, das pessoas com deficiência, tendo em vistas as desigualdades que se expressam nos diferentes territórios e espaços geográficos.

O potencial da economia criativa será estimulado em estreita sintonia com o desenvolvimento tecnológico e com a ampliação do acesso da população às tecnologias digitais da informação e comunicação, desde as escolas municipais até a criação e o fortalecimento de espaços colaborativos de aprendizagem e produção tecnológica associada a uma estratégia de efetiva reocupação do centro histórico da cidade como polo de promoção da criatividade da população soteropolitana.

O estímulo à inovação e à criatividade resultará em externalidades positivas em diferentes setores. Delas devem beneficiar-se os setores de hospedagem e alimentos, da administração pública e finanças, da saúde, educação e assistência social, dos transportes e comércio eletrônico, dentre outros.

As políticas de desenvolvimento devem associar-se à tônica do bem viver, ou seja, uma economia que não marginaliza a produtividade, mas também não desassocia economia de vida e natureza, uma economia para as pessoas comuns e compromissadas com o planeta.

Tais políticas deverão considerar também o potencial de crescimento em outros segmentos dos serviços e da indústria, inclusive através do estímulo à economia popular e solidária, articulados com estratégias de desenvolvimento local. A criação do Condomínio Bahia Têxtil, com infraestrutura técnico-produtiva comum, no bairro do Uruguai, que gerou mais de 700 empregos diretos, constitui um exemplo de desenvolvimento local a ser replicado. Outras alternativas deverão ser fomentadas, a exemplo da produção de materiais de limpeza e produtos de beleza, da produção de alimentos orgânicos em agricultura urbana e da reciclagem de plásticos, alumínio, baterias e materiais elétricos e eletrônicos, além de outros produtos inorgânicos descartáveis, bem como da compostagem e do aproveitamento energético de lixos e dejetos orgânicos.

Há que se ressaltar ainda o potencial de geração de trabalho e renda por meio dos investimentos públicos diretos. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, a PMS terá capacidade de realização de investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, que corresponde a cerca de 14% do orçamento municipal de R\$ 8 bilhões. Tais investimentos podem gerar novas oportunidades de trabalho e renda na construção civil e em outros setores da indústria e dos segmentos de serviços, além do estabelecimento de estruturas técnico-produtivas que possibilitem a abertura de novas oportunidades de geração de trabalho e renda. Ressalva-se, entretanto, que a arrecadação poderá sofrer queda significativa em função da pandemia da Covid-19, o que poderá frustrar expectativas de investimentos, ainda que o município venha a contrair empréstimos para compensar as perdas.

Deve-se destacar a importância da ampliação do acesso da população às TIC como meio de acesso à informação, mas, sobretudo, como instrumento de promoção de novos empreendimentos de base tecnológica e de superação das desigualdades sociais. Diferente do padrão tecnológico da revolução industrial, fortemente intensivo em capital e, portanto, concentrado nas mãos dos poucos detentores do dinheiro, o novo padrão baseado nas tecnologias da informação e comunicação é intensivo em pessoas e possibilita, por meio do uso da internet e do computador, a ampliação do acesso aos meios de desenvolvimento tecnológico e de produção em escala.

A sociedade civil, em especial de base comunitária, tem demonstrado criatividade e iniciativa, cabendo ao poder público municipal mapear e apelar para parcerias e incentivo a suas realizações. O aplicativo Traz Favela, criado por jovens do bairro de São Caetano para propiciar a entrega de produtos em bairros populares, constitui um exemplo de serviço tecnológico criado por empreendedores jovens locais.

O desenvolvimento tecnológico deve se inserir em uma política de fato humana e democrática, sem discriminações e que considere as parcerias em sua formatação com as e os comuns e, entre essas, as e os historicamente quando muito tidos como beneficiários de políticas públicas, a exemplo das mulheres, do povo preto e originário.

Do lado social, as políticas públicas deverão considerar, na diversificação das formas de organização da produção e dos serviços, a necessidade da garantia dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, em sua diversidade sócio-histórica, tendo como eixo seu amparo social, mas também subjacentes potencialidades para ordenações coletivas. O que não implica, entretanto, em desconsiderar o potencial das novas tecnologias como geradoras de trabalho e renda para a população.

Profissionais de diferentes áreas têm se mobilizado para desenvolver tecnologias demandadas pela sociedade, a exemplo de recursos para melhoria da mobilidade urbana, para o comércio, serviços de governo, para a aprendizagem remota e como apoio ao trabalho docente, para o registro eletrônico de pacientes e outras demandas na área da saúde.

Salvador conta, atualmente, com 150 mil estudantes de graduação e 35 mil estudantes da educação profissional. Ao lado de um amplo contingente de profissionais que já se encontram no mercado, muitos destes estudantes do ensino superior e do ensino técnico de nível médio poderão estabelecer-se como desenvolvedores de novas tecnologias para o atendimento de demandas sociais. O apoio da Prefeitura às trabalhadoras e aos trabalhadores, empreendedoras e empreendedores será fundamental no sentido de promover o amplo acesso da população às tecnologias e de criar ambientes propícios ao surgimento de novos empreendimentos de base tecnológica. O bairro, a comunidade, é unidade de referência básica e, portanto, tais

equipamentos culturais voltados à democratização do conhecimento tecnológico devem ser distribuídos para maior acesso dos comuns.

Para a macrovertente que trata do desenvolvimento do espaço urbano, deve-se assinalar a sua interação com a macrovertente do desenvolvimento econômico. Neste sentido, destaca-se a estratégia de revitalização da atividade econômica do centro histórico de Salvador, além do aproveitamento do seu potencial enquanto espaço cultural, de hospedagem e moradia. Há também que se destacar a estratégia de desenvolvimento local voltada para o desenvolvimento de toda a cidade e particularmente nos bairros populares, dentro de uma perspectiva de bairros mais autônomos que possam prover às suas moradoras e aos seus moradores, no seu próprio espaço de habitação, os serviços mais essenciais nas áreas da educação, saúde e cultura, esporte e lazer, bem como da produção de bens e serviços associados às vocações locais.

O desenvolvimento urbano será conduzido nas perspectivas da sustentabilidade ambiental, da requalificação da moradia e do direito de circular pela cidade. No lado ambiental, atenção especial será dada à necessidade de ruptura com a visão da cidade cujo espaço urbano resulte apenas das intervenções baseadas em cimentos e asfaltos impermeáveis e em tamponamento dos rios. Como contraponto, as políticas de desenvolvimento do espaço urbano levarão em conta as pessoas como aspecto fundamental da paisagem da cidade e sua integração com o meio ambiente através do plantio e preservação de árvores e jardins, desenvolvimento da agricultura urbana, revitalização dos rios e cuidado com as praias. A humanização da cidade do Salvador orienta-se por um bem viver preocupado com a relação ser humano e natureza, ser humano e suas necessidades como coletividade e sua diversidade, o que pede ter sempre atenção para sua composição por gênero, raça e classe-renda, ocupação e escolaridade, assim como etária.

O cuidado com a moradia e a habitação constitui outra vertente estratégica e tem como pontos de partida a urbanização das favelas e a solução do déficit habitacional, desenhando-se tais ações com representações das moradoras e moradores, dos diversos comuns. Neste sentido, buscar-se-á dotar os bairros de maior autonomia ao mesmo tempo em que se promovem os meios da sua integração com a cidade por meio dos canais de comunicação e de facilitação da mobilidade urbana. Atenção especial deverá ser dada à infraestrutura e serviços essenciais, a exemplo do abastecimento de água, saneamento, internet, educação, saúde e segurança pública. Os bairros de Salvador serão vistos também como espaços de promoção da cultura popular, esportes e lazer.

MOBILIDADE URBANA

O direito de circular pela cidade é fundamental em termos de garantir as condições de mobilidade urbana em diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, para que as pessoas tenham assegurado o direito a se locomover para trabalhar, estudar e cuidar da saúde. Mas também para possibilitar às suas moradoras, moradores e visitantes conhecer a cidade, a sua história, as suas belezas cênicas e o seu patrimônio histórico e cultural, bem como desfrutar dos seus espaços e equipamentos culturais, esportivos e de lazer. E ainda para que possam ter acesso a bens e serviços não oferecidos localmente nos bairros em que habitam.

Neste sentido, a mobilidade urbana será considerada desde a organização do espaço urbano, para que se possa andar a pé, de bicicleta ou de cadeiras de roda, até a possibilidade de acesso aos meios de transporte coletivo e de massas ou alternativos, a exemplo de ônibus, metrô, escadas rolantes e teleféricos.

O transporte coletivo é um bem público, fator de promoção da equidade e inclusão social, de forma que, além da construção de novas alternativas de transporte urbano, é fundamental considerar a necessidade de acesso, particularmente pelas pessoas que mais necessitam. Essa sempre foi uma questão colocada de forma muito contundente pela população e, inclusive, já resultou em vários conflitos sociais.

O histórico quebra-quebra de ônibus que eclodiu em Salvador, em 1981, decorreu do aumento de 61% nas passagens de ônibus, que foram elevadas do valor que correspondia a 0,12% do salário mínimo para 0,19%. Atualmente, as passagens de ônibus no valor de R\$ 4,20 correspondem a 0,40% do salário mínimo, ou seja, quase o dobro do seu valor há 40 anos. O preço elevado das tarifas é um dos fatores que levam a que mais de 30% dos deslocamentos sejam feitos a pé. A Prefeitura deverá rever o modelo de política tarifária a fim de propiciar um sistema de transporte efetivamente acessível à população e de qualidade.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A terceira macrovertente, que trata do desenvolvimento social, com a promoção de uma cidade mais igual, mais democrática e inclusiva, refletida em políticas públicas de educação, saúde e segurança, guarda estreita relação com as macrovertentes abordadas acima e com a composição socioeconômica da população, refletindo as questões de gênero, raça, classe e geração. Está fortemente relacionada ao desenvolvimento econômico, na medida em que este se volta para a geração de trabalho e renda e a perspectiva de bem viver e, também, ao desenvolvimento urbano.

Educação

A baixa qualidade do ensino na escola pública agravou-se no país – e em Salvador – a partir dos anos 1970, quando a expansão das matrículas não foi acompanhada dos investimentos necessários para a oferta de uma educação de qualidade. A elitização do ensino, histórica e socialmente determinada, manteve-se por meio de um novo formato, no qual a escola privada de nível básico, de qualidade relativamente melhor do que a pública, destina-se às classes média e alta. Por sua vez, a escola pública, de segunda categoria, é destinada à maioria da população situada nos estratos sociais inferiores, não ao azar congregando o povo preto.

Em Salvador, tem-se, na educação básica, 64% de matrículas nas escolas públicas contra 36% nas escolas privadas. Na educação municipal, o desafio principal é elevar a qualidade do ensino público e, com ele, a melhoria da formação daqueles que mais precisam. Apesar dos esforços empreendidos a partir da Constituinte de 1988, que definiu responsabilidades e recursos mínimos para a educação, a luta pela melhoria da qualidade do ensino continua sendo um grande desafio a ser perseguido. A elevação da qualidade passa por investimentos em educação que vão desde a melhoria do espaço físico, qualidade do material didático e dos laboratórios e do amplo acesso à internet até a democratização da escola e a valorização e capacitação dos profissionais da educação.

Ressalta-se, entretanto, o surgimento de revezes na educação nos anos recentes, com a emergência de debates de cunho ideológico, a exemplo das teses da escola sem partido, combate à ideologia de gênero e da escola cívico-militar. Esta última, que foi abraçada inclusive por governos de formação progressista, deve ser rechaçada enquanto solução generalizada para a educação no país. Na tradição dos ensinamentos de Anísio Teixeira, a escola pública, laica, universal e de qualidade é a verdadeira máquina de construção das democracias. Anísio Teixeira

e Paulo Freire deverão ser referências na modelação de uma escola pública de qualidade e inclusiva, além de sensível às desigualdades sociais por gênero, raça e classe.

A educação é direito de todos. Começa na primeira infância e vai até a fase adulta, inclusive os idosos. Além da formação cultural de toda a sociedade e da consciência de que a educação vai além dos muros da escola, há no processo de aprendizagem um ciclo de retroalimentação cuja importância torna-se mais evidente em período de pandemia como a da Covid-19: as crianças com familiares que tiveram garantido o direito à educação gozam de vantagens no acompanhamento das atividades realizadas em casa. A existência de aproximadamente 500 mil pessoas adultas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto é reveladora de entraves ao ciclo de formação, em especial das pessoas mais necessitadas. Neste sentido, além da alfabetização e formação na idade certa, ganha relevo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como peça importante da política pública municipal.

Mas é na primeira infância que tudo começa e se define o futuro das pessoas e da cidade. Cuidar da primeira infância é semear um futuro promissor para os adultos e para a sociedade. É preciso superar a negligência, seja afetiva ou das condições materiais, fazendo chegar políticas públicas de saúde e educação de qualidade às crianças. De acordo com a Lei Federal 13.257/2016, “constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e adoção de medidas que evitem a exposição à comunicação mercadológica”.

O desenvolvimento na primeira infância é um desafio multidisciplinar a ser enfrentado pelo município. No caso específico da educação infantil, embora a capital baiana tenha avançado na taxa de escolarização na pré-escola (4 e 5 anos), o número de matrículas em creches (0 a 3 anos) é insuficiente. O município já teve matrículas para berçário (0 a 1 ano), mas regrediu e tem diminuído as vagas para essa faixa etária. Além do acesso limitado à creche, há também que se enfrentar os problemas que levam à baixa qualidade nesses espaços de formação.

A pandemia da Covid-19 revela ainda mais especificamente a manifestação das desigualdades em educação decorrente da falta de acesso à internet pelos mais pobres. Enquanto os estratos médios e altos conseguem mitigar os prejuízos advindos do necessário fechamento das escolas com a realização de atividades remotas, os mais necessitados, aí incluída a população negra, estão privados do acesso a esses recursos.

Saúde

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, a ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Para garantia do acesso universal à saúde, a Constituição, em seu Art. 198, criou o Sistema Único de Saúde (SUS) que compõe uma rede de ações e serviços públicos de saúde, regionalizada, hierarquizada, descentralizada, com comando único e participação da comunidade, em cada esfera de governo, visando assegurar a atenção integral à população. Ao ser inserido na Constituição do país, o SUS constitui-se uma política de Estado fundamental para concretizar o direito à saúde da população.

O fortalecimento do SUS é incompatível com o corolário neoliberal das privatizações, desregulamentações e ajustes fiscais, que tiram ou reduzem, ao mínimo, a presença do Estado na Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social). Em Salvador, cerca de 75% da população depende exclusivamente do SUS; os outros 25% da população, que têm planos de saúde privados, utilizam muitos dos seus serviços, tais como vigilância sanitária e epidemiológica, vacinas, medicamentos de alto custo, transplantes e SAMU.

A pandemia da Covid-19 evidenciou a importância estratégica do SUS e a necessidade do seu fortalecimento. Cerca de 80% dos atendimentos da Covid-19 ocorrem na rede do SUS. Infelizmente, a população da periferia de Salvador ainda padece com ausência de serviços básicos de saúde e grandes vazios assistenciais.

Como um setor da economia, a saúde é importante fator de desenvolvimento e se caracteriza por grande dinamismo, onde se observa o aporte intensivo de capital e trabalho e busca permanente por inovação. As tecnologias médicas compõem cadeias produtivas que formam o *complexo econômico e industrial da saúde* com empresas de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados, equipamentos biomédicos, reagentes diagnósticos e terapêuticos, insumos e materiais médico-hospitalares, bem como de serviços. O complexo econômico e industrial é movimentado por meio de uma rede de prestadores de serviços de saúde de natureza pública, privada ou filantrópica, que emprega mão de obra especializada. No ano de 2017, o setor mantinha 7,2 milhões de postos de trabalho no Brasil e foi responsável por 9,2% do PIB. Salvador é o mais importante polo de prestação de serviços de saúde da Bahia, concentrando o maior número de serviços de alta complexidade.

Segurança pública

São também centrais para a cidadania as políticas na área de segurança pública e a noção de um Estado que tem o monopólio da violência e a exerce contra os mais pobres, o povo preto e jovem. O município tem responsabilidade essencial na garantia da segurança das suas cidadãs, dos seus cidadãos e do patrimônio público. Já não cabe a abordagem de que a segurança pública é atribuição apenas de outras esferas administrativas. Ela passa pela ação integrada das esferas municipal, estadual e federal, conforme se estabelece na Lei 13.022/2014.

Essa lei, inclusive, especifica o papel das guardas municipais que, além da proteção e vigilância dos bens públicos, podem também atuar diretamente junto à população com foco na cidadania e em uma postura mais garantidora. A Prefeitura de Salvador terá o papel de estabelecer uma guarda municipal fundada nos princípios de proteção social e de respeito à diversidade da população de Salvador, em particular da população negra, mulheres e comunidade LGBTQI+ e atenta às desigualdades sociais, o que demarca certos sujeitos a priori como bandidos. Há que estar contra a lógica de que “bandido bom é bandido morto”, mas se orientando por princípios de justiça e investimentos na recuperação social, por educação e oportunidade. Prevenção contra o crime e relativização da punibilidade, que deve ser exercida dentro da legalidade e por meio da Justiça.

GESTÃO

Por fim, mas não menos importante, a macrovertente que trata da gestão democrática da cidade inclui desde o fortalecimento das subprefeituras e seus conselhos comunitários até as relações institucionais no âmbito municipal e com as demais esferas administrativas, além do

diálogo permanente com a sociedade por meio dos conselhos municipais e da realização de consultas e audiências públicas.

Um projeto de cidade democrática, adversa às desigualdades sociorraciais e por gênero, passa também pelo respeito à cidadã e ao cidadão e pela prestação de serviços de qualidade. Requer o uso de tecnologias, em especial de governança eletrônica, para facilitar o acesso dessas e desses aos serviços municipais. Assiste-se, no momento, à situação de penúria por que passam as pessoas para se recadastrar no SUS. Situação semelhante à que foi vivida anos atrás no ensino municipal e que foi solucionada com a implantação da matrícula informatizada na gestão da então secretária da Educação Olívia Santana.

A cidade democrática deve também valorizar o orçamento participativo como instrumento de garantia das prioridades do Programa de Governo e do enfrentamento das desigualdades sociais. A atuação transparente e democrática permite à gestão municipal garantir as prioridades programáticas e a superar as pressões dos interesses menores e corporativos a fim de que o novo projeto de desenvolvimento seja de fato implementado.

Conflitos da gestão municipal de Salvador neste sentido são ilustrados nas pesquisas realizadas pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) sobre as gestões dos municípios brasileiros. Na pesquisa que mede o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), Salvador tem o melhor desempenho entre as 27 capitais brasileiras. Neste Índice, ao mesmo tempo em que tem notas máximas nos indicadores de autonomia, pessoal e liquidez, a gestão financeira do município é reprovada no quesito investimentos, por ter realizado, em 2018, investimentos da ordem de apenas 5% das arrecadações municipais. Por outro lado, na outra pesquisa, que mede o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e que se baseia em indicadores sociais de geração de emprego e renda, educação e saúde, Salvador encontra-se na 21ª posição entre as 27 capitais. Neste indicador, o município revela-se um desastre em educação, situando-se na 24ª posição entre as capitais, 137ª posição entre os municípios da Bahia e 4.313ª posição entre os municípios brasileiros. Em saúde, assume a 20ª posição entre as capitais, a 24ª posição entre os municípios na Bahia e a 2.778ª posição no Brasil.

Os resultados dessas pesquisas evidenciam mais uma vez que a gestão orçamentária e financeira precisa estar de fato integrada com as prioridades do Programa de Governo, especialmente com os investimentos que resultem em geração de emprego e renda, melhoria da qualidade da educação e acesso da população a serviços de saúde de qualidade, para que Salvador deixe de viver essa contradição de ser ao mesmo tempo campeã em gestão financeira e zona de rebaixamento em desenvolvimento social.

Desse modo, entende-se que a dimensão substantiva da igualdade preza pela transformação das desigualdades econômicas, sociais e culturais, que dificultam o acesso da população aos direitos constitucionais, e implica em um posicionamento ativo do Estado nas políticas de desenvolvimento econômico com inclusão social que promovam políticas fiscais e tributárias progressivas, políticas universais e medidas de ações afirmativas, assegurando o enfoque nos grupos historicamente excluídos na sociedade.

Nossa cidade precisa entrar no curso global da ação para enfrentar as desigualdades sociais e adotar efetivamente uma plataforma que reflita a Agenda 20-30 para o desenvolvimento sustentável, proposta pelas Nações Unidas aos governos locais e regionais.

Os comuns em todas as políticas públicas que se pretende impulsionar em cada macrovergente serão considerados quer como beneficiárias e beneficiários, quer como

associadas e associados para a formatação dessas políticas tendo em vista sua composição por classe, gênero e raça. Esses são, portanto, construtos interseccionais no plano de governo. Uma Prefeitura de todas, todos há que ser sensível à diversidade e às desigualdades que comportam a totalidade, para melhor combater essas e potencializar a riqueza daquelas.

A seguir são detalhadas as macrovertentes e as diretrizes do Programa de Governo.

1. Retomar a economia com mais trabalho, cultura e inovação

A superação da desigualdade é o grande desafio da sociedade brasileira. Não é tarefa fácil ou que possa ser completamente solucionada nos marcos do sistema político e econômico que vivemos. Contudo, posições decididas dos poderes públicos poderão mitigar as mazelas da sociedade desigual e permitir avançar no sentido da sua superação.

Assim deve ser num Programa de Governo para Salvador. Além da questão econômica, de renda, a desigualdade também se espalha nas manifestações de racismo e machismo. Manifesta-se claramente na dificuldade de acesso a bens públicos, como educação, saúde, transporte, segurança, assim como de acesso à cultura.

O exercício da cidadania esbarra nas características econômicas da cidade, com alto índice de desemprego e informalidade nas relações de trabalho, baixo poder de compra, preços inacessíveis para a maioria, em especial os que vivem afastados dos centros urbanos tradicionais. Esses problemas e limitações criam um quadro de exclusão da maior parte da cidadania soteropolitana, inclusive dos circuitos culturais.

A política municipal deve encarar o desafio de contribuir com a mudança de rumos da política federal, assim como construir parcerias com o governo estadual e o meio empresarial. O desenvolvimento municipal, como vetor de indução econômica, distribuição de renda mais justa e também de acesso à cultura deve ser concebido como linhas centrais do planejamento da cidade.

Uma nova política de desenvolvimento municipal para ser capaz de gerar transformações inéditas na cidade deve ser concebida de modo transversal, permeando as estruturas administrativas, a área da cultura, da educação, do trabalho, da inovação e indústria criativa, do meio ambiente, lazer e esportes, turismo, planejamento e finanças.

Será de fundamental importância a atuação conjunta dos vários programas, a exemplo das secretarias de Mulheres e de Reparação, visando as campanhas e ações variadas no embate com as ideias e valores opressores de caráter racista, machista, atentatórios à liberdade sexual, de discriminação classista-elitista, de preconceito com nacionalidades e regiões do país.

Tal postura deve implicar numa revisão democrática do estabelecido na Lei Orgânica, no Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano e em outros instrumentos legais.

Trataremos, a seguir, de três áreas indispensáveis para alcançar os objetivos de construir um novo patamar de desenvolvimento, que tenha o combate às desigualdades sociais como um eixo fundamental: trabalho, cultura e inovação.

1.1 Geração de trabalho, emprego e renda

O mercado de trabalho da cidade de Salvador tem apresentado, historicamente, como característica marcante a alta informalidade, taxas de desemprego igualmente elevadas e renda média bastante deteriorada, revelando situação desvantajosa, comparativamente, às principais capitais do país.

As causas deste fenômeno encontram distintas explicações. Além dos aspectos relacionados a fatores macroeconômicos, há aspectos regionais e locais a considerar.

Após um intenso processo de estagnação econômica na primeira metade do século XX, os investimentos decorrentes da exploração petrolífera levaram ao aumento da produção industrial em vários setores da construção civil, do comércio, dos serviços e da indústria. A elevação do emprego e da massa salarial possibilitou grande crescimento populacional, triplicando a população entre os anos 1950 e 1970. Nos anos 1960, novos investimentos no refino de petróleo, na indústria metal-mecânica, siderurgia e petroquímica permitiram um contínuo crescimento econômico. A população segue aumentando, ainda que em ritmo mais lento.

A economia baiana perde fôlego ao longo da década de 1980, quando houve uma redução do porte dos investimentos. Observaram-se, naquele momento, alguns fenômenos: a desindustrialização do Centro Industrial de Aratu, a ampliação da produção sem geração de novos postos de trabalho no Polo Petroquímico, a implantação da indústria automotiva sem que houvesse estruturação de uma cadeia produtiva setorial. Esses fatores influenciaram a conformação do mercado de trabalho na RMS e no seu mais importante município.

Sobre as causas da alta informalidade, grande impacto teve o processo que se seguiu ao 13 de maio de 1888 e a forma como os negros não foram socialmente incluídos. Lançada à própria sorte, por assim dizer, sem direitos sociais mínimos, sem acesso ao trabalho assalariado, sem formação específica para uma inserção qualificada na indústria, a população negra em sua maioria dedicava-se a inúmeros ofícios urbanos, muitos dos quais já realizavam no período anterior. Salvador, como uma das grandes cidades imperiais e com expressiva população escravizada, não ficou alheia aos efeitos deste processo, particularmente no mercado de trabalho da maior cidade negra fora da África, onde se acentuam também as desigualdades de gênero e de raça.

Considerando que a divisão social e sexual do trabalho ultrapassou séculos na história das civilizações, e ainda é a base que sustenta as relações sociais nas sociedades contemporâneas, a posição de desvantagem das mulheres atualiza-se, assim, nos novos padrões de organização do trabalho no capitalismo. Em que pese a maior inserção no mercado de trabalho, a exploração das desvantagens impostas às mulheres pela cultura patriarcal ainda se efetivam em suas responsabilidades do cuidado social no ambiente doméstico e familiar.

Segundo dados do IBGE, o tempo que as mulheres consomem em afazeres domésticos e/ou cuidados com as pessoas é quase o dobro do que os homens. Enquanto eles dedicam 10,5 horas semanais para essas atividades, a elas cabem 18,1 horas por semana, sendo que para as mulheres negras essa taxa eleva-se a 18,6 horas.

No contexto do desenvolvimento regional, salienta-se que nos últimos 50 anos a Bahia teve expressivo incremento da produção de bens intermediários, voltados para exportação, apontado como outro fator que explicaria a permanência de baixos rendimentos do trabalho. Por outro lado, a concentração de mais de 50% do PIB da Bahia em torno da Região

Metropolitana aponta para a ocorrência de fenômenos antagônicos e complementares - maiores alternativas de renda, por um lado, e maior convergência de um movimento migratório, por outro.

As políticas ultraliberais, que surgem em desdobramento das crises do capitalismo e passaram a ser implantadas mundo afora, sob os governos Temer e Bolsonaro, impactaram fortemente o mundo do trabalho. Essas políticas tiveram expressão nas reformas trabalhista, salarial, previdenciária e toda ordem de medidas antissociais, assim como o congelamento dos gastos públicos, levando ao agravamento da crise econômica, do desemprego, do subemprego e redução da renda.

Com a pandemia da Covid-19, um novo cenário estabelece-se, no qual se verifica a disseminação de incertezas em diversos campos decorrentes da dinâmica da própria pandemia e, no caso do Brasil, pelo viés ideológico/negacionista, aprofundando a paralisação da economia, a redução de salários, a dispensa em massa e declínio das atividades informais e por conta própria. Em desdobramento, aprofunda a crise fiscal, com a redução da receita tributária, dificultando aos municípios honrar com os seus compromissos com fornecedores, concessionários, servidores, bem como paralisação de obras de manutenção e dos investimentos.

O desemprego, no entanto, não se apresenta de forma homogênea entre todas as faixas de renda, instrução, gênero, faixas etárias e negros/brancos. A desigualdade social manifesta-se claramente nas estatísticas do trabalho. Significa dizer que a ação do poder público precisa ser abrangente, de modo a atender o conjunto dos trabalhadores, mas estar atenta às particularidades e públicos específicos.

As mulheres foram afetadas em diversas dimensões da vida social, pois são elas que estão na maioria dos postos de trabalho que mais foram impactados diretamente pelo isolamento social, nas profissões do setor de serviços e cuidados sociais, entre elas trabalhadoras domésticas, categoria formada em grande parte por mulheres negras, onde 73% não têm carteira assinada. No Brasil, em 2018, eram 6,23 milhões de pessoas ocupadas nessa atividade, sendo 5,77 milhões de mulheres. Desse total, 3,75 milhões de mulheres negras que representavam 65% do contingente de trabalhadoras domésticas, 46% são chefas de famílias e 59,3% vivem na extrema pobreza.

Na Região Metropolitana de Salvador, 96,8% dos postos de trabalho nos serviços domésticos eram ocupados por mulheres, 110 mil trabalhadoras com e sem carteira assinada, sendo que 94,9% eram mulheres negras, e mais de 80% residiam e trabalhavam em Salvador, em 2018. Isso retrata que o trabalho doméstico é uma atividade que se remete ao passado de escravização das pessoas negras, quando permanece o alto grau de informalidade, desproteção legal, baixas remunerações e características de servidão. E a pandemia Covid-19 evidenciou a condição de vulnerabilidades dessas trabalhadoras.

A política pública voltada para o emprego abrange um grande leque de intervenções. Políticas ativas remetem a medidas voltadas para a formação, reciclagem e intermediação da força de trabalho. Por outro lado, políticas passivas consideram a existência do desemprego e a necessária assistência a ser fornecida à trabalhadora e ao trabalhador mediante o seguro-desemprego, e medidas complementares que possam retardar o ingresso (mais tempo de estudo, por exemplo) ou antecipar a saída do mercado de trabalho (aposentadoria).

No entanto, esta é uma visão bastante restrita da política pública do trabalho, limitada ao emprego formal, o que no mercado de trabalho de Salvador, em especial, apresenta-se como

absolutamente insuficiente para o enfrentamento do quadro acima delineado. Evidentemente, as políticas de emprego estão subordinadas à política macroeconômica e ao ambiente econômico nacional, e este ao contexto internacional. Num quadro de recessão global, de perspectiva de queda expressiva do PIB nacional e crescente defasagem tecnológica da indústria local, são bastante limitadas as possibilidades da política pública de emprego, limitando-se a intermediação à dinâmica sazonal de setores econômicos e à rotatividade da mão de obra.

É, assim, indispensável que Políticas Públicas de Trabalho articulem-se com iniciativas de estímulo ao investimento público e privado, otimizando o gasto público em geral - inclusive de outras esferas de governo - e possibilitando a ampliação das oportunidades de emprego e renda. O estímulo a outras alternativas de ocupação, tais como o trabalho associado da economia social e solidária e o empreendedorismo individual, combinado ao microcrédito, ou ainda a promoção de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de pequenas empresas e do cooperativismo, e o trabalho por conta própria têm impacto sobre o mercado de trabalho, a geração de renda e melhoria das condições sociais.

Ao definir-se as diretrizes programáticas, é importante ter em conta que o PIB de Salvador está distribuído entre 85% no setor de serviços e 15% no setor industrial, além de uma participação residual na agricultura. A evolução dos serviços no período de 2012 a 2019 registra um aumento da ordem de 50% nos serviços de alojamento e alimentação, refletindo o crescimento do turismo e a interação, no mundo do trabalho, com outros estados e países. No mesmo período, os serviços de informação, comunicação e financeiros, de transporte, armazenagem e correio e de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, intensivos em tecnologia, experimentaram um aumento de 15%. Por sua vez, os serviços de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas tiveram aumento menor que 6% no período. Ao lado dos serviços, as atividades industriais no âmbito da construção civil, da economia criativa e de vocações locais nos diferentes territórios do espaço geográfico da cidade devem ser potencializadas como forma de promover o desenvolvimento e gerar trabalho e renda para a população da cidade.

Salvador conta com uma força de trabalho de 1.653 mil pessoas, das quais 1.365 mil ocupadas e 289 mil desocupadas (1º trimestre de 2020). A taxa de 17,5% confere a Salvador a condição de vice-campeã do desemprego entre as capitais brasileiras, ficando atrás apenas de Manaus. Nesse sentido, um conjunto de diretrizes deverá ser implementado na forma de um Mutirão do Trabalho com vistas a gerar novas ocupações no curto prazo.

As diretrizes programáticas devem prever também orientações estruturantes baseadas na vocação da cidade e nas suas potencialidades de geração de trabalho e renda. Desta forma, destaca-se a característica que Salvador apresenta de “cidade cultural” imersa na sociedade do conhecimento e, portanto, com os ingredientes necessários para a potencialização da economia criativa e da inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, a geração de trabalho e renda deve considerar a diversidade de territórios da cidade e promover o desenvolvimento local nos bairros populares e comunidades considerando as vocações dos diferentes espaços geográficos.

Diretrizes programáticas

1. CRIAR PLANO EMERGENCIAL DE RETOMADA ECONÔMICA PARA 2021: Enfocar na geração de trabalho, emprego e renda, criar frentes de trabalho para a juventude e investir em obras públicas. Fomentar o trabalho das mulheres, incluindo as empreendedoras nas diversas modalidades e especialmente as mulheres negras. Promover o microcrédito, renegociar e

enxugar contratos, contrair empréstimos, resgatar dinheiro de emendas parlamentares. Promover a economia popular e solidária e o cooperativismo.

2. FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: Atuar com vistas ao funcionamento pleno da Entidade Metropolitana da RMS e do Fórum Metropolitano, a observância do seu Plano Estratégico, o desenvolvimento de uma colaboração específica na área do trabalho e renda.
3. ENFRENTAR AS DESIGUALDADES DO MERCADO DE TRABALHO: Desenvolver a Agenda Municipal de Promoção do Trabalho Decente, que tenha como lema principal a criação de “Mais e melhores empregos” conforme a consigna da Organização Internacional do Trabalho. Estabelecer parcerias institucionais com as organizações do mundo do trabalho, definindo prioridades a partir dos objetivos de erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo. Promover a inclusão, com base no respeito à diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência, com oferta de vagas a egressos do sistema penitenciário, jovens que cumprem medidas socioeducativas e população em situação de rua. Promover a valorização do trabalho doméstico, fazendo valer direitos como carteira assinada e acesso à previdência social.
4. PROMOVER POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: Promover políticas com participação social e envolvimento do Fórum Municipal do setor. Priorizar as regiões periféricas do município por meio das concessões de crédito, parcerias internacionais, soluções tecnológicas e formação para o empreendedorismo nas faixas etárias e perfis mais atingidos pelo desemprego, como mulheres e negros. Promover a aquisição pública, comercialização e consumo dos bens e produtos oferecidos por esses setores no âmbito municipal. Estimular a criação de moedas sociais e bancos comunitários de desenvolvimento.
5. DESENVOLVER POLÍTICA PÚBLICA DE ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO: Promover a capacitação em cooperativismo, introduzindo, no contexto dos planos de formação profissional, oportunidades para maior acesso à aquisição de bens e serviços por meio de compras públicas.
6. FORTALECER AS POLÍTICAS DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO E AO MICROCRÉDITO: Desenvolver a formação e capacitação de micro e pequenas empresas, dando prioridade à área da economia criativa e de tecnologias digitais de informação e comunicação. Promover políticas de acesso das micro e pequenas empresas às compras públicas municipais. Disponibilizar linha de crédito produtivo e orientado para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, em todas as regiões da cidade. Criar espaços dinamizadores de empreendedorismo feminino.
7. INVESTIR NA FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: Isenção temporária de impostos e taxas, liberação de prédios públicos ociosos para fins de incubação de micro e pequenos empreendimentos coletivos com plano de metas de geração de emprego e renda nas áreas de tecnologia e inovação e outros ramos da economia criativa, tendo como principal público alvo mulheres chefas de família, negros e juventude. Desenvolver os centros de bairros e regular o comércio de rua. Realizar estudos de vocação econômica, visando a criação de empregos e a qualidade de vida.
8. FORTALECER A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Aproximação do Sistema Público de Emprego e do Apoio aos Microempreendedores e do aprimoramento do relacionamento com as empresas ofertantes de vagas. Apoiar e fomentar ações de empreendedorismo e

- desenvolvimento econômico para mulheres e para a população negra. Desenvolver um programa municipal de capacitação e formação de mão de obra para pessoas com deficiência.
9. CRIAR O PROGRAMA QUALIFICA SALVADOR: Mapear as principais necessidades de mão de obra do mercado de trabalho soteropolitano, fazendo a qualificação de forma articulada com a Educação de Jovens e Adultos para ampliar oportunidades de contratação de mão de obra e alavancar os empreendimentos locais.
 10. FORTALECER A FORMAÇÃO CONSIDERANDO A DIVERSIDADE DE GÊNERO, RAÇA E GERACIONAL. Criar nas ações de qualificação profissional e tecnológica medidas voltadas para a superação das desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, geracional e orientação sexual no acesso ao emprego e na melhoria das condições de trabalho. Estabelecer parcerias para a formação de mão de obra e intermediação para o mercado de trabalho de mulheres em situação de risco social e pessoas com deficiência, inclusive as mulheres atendidas pelo Centro Especializado de Atendimento às Mulheres Loreta Valadares e outros equipamentos municipais de enfrentamento à violência contra as mulheres.
 11. PROMOVER TRABALHO, EDUCAÇÃO E RENDA PARA A POPULAÇÃO JOVEM: Criar programa voltado para a população jovem mais vulnerável, como parte da estratégia da formação profissional e de combate ao desemprego, gerando alternativas reais de inclusão produtiva.
 12. DESENVOLVER POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: Promover políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no enfrentamento à exclusão social, por meio do estímulo a hortas urbanas, do incentivo à comercialização de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, buscando integrar ações com outros municípios da RMS.
 13. INTENSIFICAR AÇÕES DE COLETA SELETIVA: Estimular a coleta seletiva, intensificando a Educação Ambiental e a consciência ecológica a partir da administração pública e das escolas municipais. Instalar postos de coleta seletiva em todas as regiões da cidade. Promover a participação de associações e cooperativas de catadores, garantindo o acesso a equipamentos de proteção individual, espaços adequados à separação dos resíduos inorgânicos e apoio à comercialização.

1.2 Cultura e desenvolvimento

A capital baiana tem forte identidade e uma imagem para o resto do país e exterior solidamente definidas. Já é lugar comum dizer que Salvador é uma “cidade cultural”. Deixando de lado o debate teórico sobre o fenômeno cultural e artístico existente em toda e qualquer cidade, Salvador desponta como verdadeiro fenômeno urbano, e é uma referência inquestionável por causa, principalmente, da cultura popular, notadamente a afro-brasileira, incluindo as tradições religiosas, festas, a música e expressão corporal, arquitetura, patrimônio cultural-paisagístico e uma variada gama de atividades artísticas profissionais e intelectuais.

Na capital baiana, desenvolvem-se atividades culturais de diversas ordens e em múltiplos circuitos. Desde a manifestação espontânea à midiaticizada, passando pela indústria cultural. Outra marca destacada é a da existência de uma atividade profissional de alta qualificação, tanto na logística da cultura, como na criação artística. O popular é presente em variadas situações, ao lado do institucional e do erudito, algo raro de se encontrar noutras cidades brasileiras ou mesmo do exterior. Podemos afirmar que a cultura é a principal marca da cidade.

Ao lado da poderosa produção popular, revela-se um grave problema também que é a enorme diferença no nível de apropriação e consumo da produção local por boa parcela da

população. O nível salarial médio da população é muito baixo, com um poder de compra muitíssimo limitado, expressando uma realidade cruel tanto do ponto de vista de classe, como de gênero e raça. O acesso à diversidade cultural fica limitado por razões econômicas, de exclusão relativa à formação educacional e das limitações das políticas engendradas pela prefeitura e governo do estado, a despeito de avanços significativos nos últimos anos.

Existe uma situação altamente contraditória entre a potência estética e o volume da produção, e os ganhos e renda decorrentes da produção popular, que pouco chegam a seus/suas criadores/as.

A política cultural deve ser agente destacado no esforço conjunto de combate e superação das manifestações de cunho repressor e conservador, como o racismo, a violência contra a mulher, o sexismo e machismo, a Lgtbfobia, as manifestações de preconceito classista, desenvolvendo alternativas que sirvam à construção de uma sociedade mais democrática em todos os aspectos.

As diversas atividades culturais, em todos os planos, da logística à atividade criativa, e a prestação dos serviços junto ao público envolvem dezenas de milhares de pessoas, e nos momentos como o carnaval esses números multiplicam-se.

A segregação social mescla-se com a segregação da maioria afrodescendente, sendo que 82 % declaram-se pardos ou negros. Ao lado dos desníveis de renda, somam-se as gigantescas diferenças na qualidade dos ambientes de moradia, configurando-se um panorama cruel de desigualdades e apartamento espacial de boa parte da população.

No terreno da cultura propriamente, temos uma distribuição de equipamentos culturais altamente concentrada no Centro Histórico. No que tange aos cinemas, o quadro é mais preocupante: observa-se uma lógica de concentração em shopping centers, inexistindo atividade expressiva de cineclubes pelos bairros populares, e os espaços pertencentes ao estado tampouco exibem filmes.

Quando abordamos o orçamento da área da cultura, *stricto sensu*, representado pela Fundação Gregório de Mattos e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, à qual a FGM está vinculada, entendemos melhor a lógica até então adotada pela gestão municipal.

Os principais gastos dão-se no terreno do fomento ao turismo, tanto no referente à construção de equipamento, como na realização de atividades. No âmbito do estímulo à atividade cultural é usada a lei de incentivo com renúncia fiscal vinculada ao ISS e ao IPTU, inicialmente chamada de Lei Alfaya. Em 2019, a renúncia permitida foi de R\$5,5 milhões apenas, com limite máximo de 500 mil reais por projeto. Em 2020, repete-se o mesmo.

Há uma evidente escolha ideológica nessa concepção de política cultural, pois claramente limita possíveis circuitos e manifestações criativas, com maior risco de postura crítica cultural e política.

Não há uma narrativa vinculada à formação de grandes plateias para espetáculos artísticos com maior densidade e variedade, nem tampouco estímulo a atividades vinculadas à formação de uma consciência crítica cidadã. Inexiste igualmente compromisso com a melhoria da formação educacional/cultural, no sentido abrangente, da população.

Fazer de Salvador uma capital da criatividade, da democratização do fazer e fruir cultural, do conhecimento e da cidadania cultural. Mesclar a tradição com a vanguarda estética e tecnológica aplicada às atividades criativas, como música, artes visuais, design, arquitetura, urbanismo, publicidade e comunicação, audiovisual, circo, produção cultural, museologia, arquivismo, moda, indústria editorial, *webdesign*, desenvolvimento de aplicativos, software, hardware etc.

Neste sentido, propõe-se um conjunto de diretrizes para a política cultural de Salvador, cujos traços mais gerais estão delineados a seguir.

Diretrizes programáticas

14. **ADOTAR MEDIDAS DE SUPORTE AOS ARTISTAS PARA MITIGAR EFEITOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS:** Adotar medidas de suporte aos artistas e espaços culturais, incluindo a isenção dos tributos e taxas para os espetáculos até seis meses após o término do estado de emergência e renegociação das dívidas já acumuladas no período. Buscar a abertura de linhas de crédito especiais com a Desenbahia, à semelhança do que foi feito com o turismo. Estabelecer uma política especial no âmbito da Agência Municipal de Desenvolvimento, com o objetivo de atrair investimentos nas atividades da chamada indústria criativa e da cultura em geral.
15. **PROMOVER A CIDADANIA CULTURAL:** Adotar a Lei da Cultura Viva, como uma linha indutora do apoio a organizações comunitárias, estudantis, movimentos de base, associações de variados tipos, que construam seus “pontos de cultura”. Distribuir os equipamentos culturais inicialmente de acordo com as prefeituras-bairro e posteriormente ampliar a rede. Apoiar entidades e/ou grupos responsáveis por uma ação cultural regular, já tradicionais, estimulando sua articulação em rede.
16. **DESENVOLVER E FORTALECER PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS EM TODA A CIDADE:** Empreender o programa “Boca de Brasa” com mais regularidade e maior repertório, contando ainda com rodas de conversa, com convidadas (os) da comunidade e de fora. Realizar eventos ao estilo “Virada Cultural”, buscando alcançar os mais variados âmbitos sociais e espaciais. Implementar “Ruas de Lazer Cultural” em variados pontos da cidade, com atividades lúdicas sem estrutura de palco, com animadores infantis, venda de comida, pequenos shows e peças teatrais e malabares.
17. **PROMOVER A CULTURA NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL:** Regulamentar e implementar o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, constituindo um plano de redução das desigualdades raciais, transversal, intersetorial e participativo, com metas nas áreas da educação, saúde, habitação, cultura, esportes, combate à violência, enfrentamento ao racismo institucional e qualificação profissional. Criar e dar regularidade a ciclos de debates sobre temas da cultura, comunicação, filosofia, história da arte, formação histórica da cidade e do país e enfrentamento ao racismo.
18. **ARTICULAR CULTURA E EDUCAÇÃO:** Inserir no planejamento pedagógico do município elementos da política para a cultura e para as artes, na prática dentro das escolas, ultrapassando o nível da simples contratação de espetáculos para a rede e integrando um programa de cultura e educação da cidade. Resgatar o programa de criação de centros de artes em escolas da rede municipal, integrando cultura e educação como formação cidadã. Criar um programa especial de formação profissional e artística, para além dos limites dos cursos regularmente oferecidos. Estabelecer uma política permanente de estímulo à leitura e à escrita, tanto nas escolas, como nos centros culturais, com oficinas de criação coletiva e individual, teatralização de textos, rodas de conversa e leitura.

19. **PROMOVER A ARTICULAÇÃO ENTRE A CULTURA E AS POLÍTICAS PARA OS NEGROS, MULHERES E JUVENTUDE:** Revisar a política municipal para as mulheres e criar um programa de garantia da autonomia econômica, desenvolvimento político e social das mulheres negras. Desenvolver programa de incentivo à produção cultural de mulheres e articular a temática de gênero e raça em mostras audiovisuais e de expressões artísticas e culturais. Promover políticas públicas que dialoguem com as novas formas de empoderamento das mulheres, principalmente das mulheres jovens, negras, usuárias dos serviços de saúde mental, como redes sociais, rap, hip hop, grafitti, arte urbana e outras linguagens. Construir novo marco de políticas públicas para a juventude e criar programa de garantia da autonomia econômica, desenvolvimento político e social da juventude negra.
20. **ZELAR PELO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA CIDADE:** Criar legislação própria da cidade quanto ao seu patrimônio tradicional, assim como de manifestações contemporâneas, de inquestionável valor. Estabelecer um programa de educação patrimonial em relação aos sítios tombados e/ou de grande interesse. Implementar um programa de promoção e preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico vinculado à matriz africana. Regularizar visitas de estudantes, professoras e professores da rede municipal às instituições municipais, como museus e centros. Dar sequência ao levantamento da obra dos mestres e mestras de conhecimento e saber tradicional, divulgando sua produção.
21. **PROMOVER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, COMUNITÁRIA E INTERNET:** Criar a “Rádio e TV Cidadania” como canal possível e disponível para a Prefeitura, à semelhança da Câmara Municipal, com forte programação cultural e informacional sobre a cidade. Estimular e apoiar a criação de rádios comunitárias em sintonia com as diretrizes da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço). Estabelecer praças com Wi-Fi e garantir, nos espaços culturais da Prefeitura, equipamentos de qualidade e atividades como oficinas de criação de conteúdo e aulas sobre linguagens da rede. Firmar compromisso pela adoção da banda larga e outros desenvolvimentos tecnológicos que permitam a democratização do uso das redes de computador.
22. **PROGRAMAR EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS:** Elaborar uma programação de eventos: congressos e festivais nacionais e internacionais de cultura, especificamente de cultura negra, de dança e coreografia e de teatro. Configurar Salvador como a Capital da Capoeira, o principal centro mundial da capoeira, em suas variadas modalidades; promover “Rodas Internacionais”, colóquios, conversas sobre a cultura ao redor da capoeira, música, ensino, turismo e um “Festival Mundial” de cunho bienal.
23. **ESTIMULAR A INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL E EDITORIAL:** Criar o Polo de Audiovisual, incluindo o cinema, televisão, fotografia, comunicação e propaganda; espelhar-se na experiência do Porto Recife Digital, no Polo Tecnológico de Florianópolis. Estabelecer uma política de estímulo à produção editorial e à comercialização de livros e revistas, com base em estímulos fiscais e facilidades de venda, realização de feiras. Criar a “Cinemateca e Fototeca de Salvador”.
24. **ESTABELECEER RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO CULTURAL SOLIDÁRIA:** Criar política permanente de relações e parcerias com os países da América Latina e Caribe, notadamente os do Mercosul, com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com a África e com países da União Europeia.

1.3 Inovação e cidade inteligente

O geógrafo baiano Milton Santos observou, com propriedade, que a globalização, que se apoia no dinheiro e na informação, criou uma nova unidade técnica baseada nas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Neste contexto, surgem as *big tech* e a configuração de uma nova geopolítica com centralidade nas disputas tecnológicas. Todos os segmentos econômicos e áreas do conhecimento passam a ser permeados por novas tecnologias, a exemplo da inteligência artificial, computação em nuvem, *big data* e internet das coisas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que é fator de dominação dos grandes grupos econômicos e de criação de relações precárias de trabalho, as TDIC podem ser acessadas por amplas camadas da população, tornando-se fator de resistência e de fortalecimento da cultura popular, de criação de novos meios de comunicação e de desenvolvimento tecnológico. Enquanto o padrão tecnológico da revolução industrial baseou-se em tecnologias intensivas em capital e concentradas nas mãos dos seus detentores, o novo padrão, baseado nas TDIC, é intensivo em pessoas e possibilita acesso mais amplo.

No novo padrão técnico, a falta de acesso de amplas parcelas da população à internet de qualidade e computadores acentua desigualdades sociais e de cognição. A criação de alternativas de acesso à internet e a equipamentos de qualidade nos espaços públicos e nos domicílios por meio de programas de “Internet Social”, a exemplo dos alugueis e tarifas sociais, poderá constituir-se em diferenciais para a superação das desigualdades tecnológicas. Propõe-se, neste Programa de Governo, que Salvador assuma posição de vanguarda nessa questão.

Ressalta-se que a inovação tecnológica vem tendo um tratamento diferenciado no país a partir do início deste século. Teve como marco a aprovação da Lei de Inovação, em 2004, a partir de proposta do governo do presidente Lula, que foi seguida pela aprovação de leis estaduais. O estado da Bahia adotou a sua Lei de Inovação em 2008, o que permitiu a aprovação de projetos de pesquisa e inovação por meio de editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Mais recentemente, iniciativas semelhantes têm sido tomadas no âmbito dos municípios. A Câmara Municipal de Salvador aprovou este ano a política de inovação da capital baiana, a partir de projeto de lei encaminhado pelo poder Executivo. À semelhança do que já tinha sido feito em outras capitais, a lei de inovação de Salvador cria incentivos fiscais e um fundo municipal com vistas a apoiar projetos de inovação e empreendedorismo na cidade. A implementação dessa política será fundamental para o desenvolvimento de tecnologias com vistas a solucionar problemas da cidade e particularmente da sua população mais carente. Salvador, que tem uma economia fortemente situada na área de serviços, precisa desenvolver a sua vocação nas áreas de serviços tecnológicos em diferentes setores da sociedade.

A capital baiana tem forte potencial para se transformar em centro internacional de economia criativa na medida em que fomente a inovação na área cultural e em outros ramos, como a indústria da moda, com externalidades no segmento do turismo. Pode se transformar em centro internacional de destaque nas áreas de audiovisual, música, dança, entre outros. Na condição de maior cidade negra fora da África, Salvador tem tudo para se tornar centro de referência e aglutinação de amplos segmentos em plano internacional voltado para a cultura de matriz africana.

A pandemia da Covid-19 mostrou a importância de desenvolver vacinas e outras tecnologias na área médica. Pesquisadores voluntários de diferentes instituições confeccionaram *Face Shields* em impressoras 3D e ajudaram os hospitais na realização de testes de diagnóstico do coronavírus. O governo do estado articulou parcerias para pesquisas visando garantir vacinas para a população. O potencial de pesquisa de Salvador na área médica vem de longa data e deve ser fortalecido pelo poder público municipal.

Foi em Salvador que se criou, em 1808, a primeira faculdade de Medicina do país. A atual Faculdade de Medicina da UFBA formou gerações de médicos e a sua atividade de ensino e pesquisa levou a uma forte tradição de pesquisa em outras áreas da saúde e, mais recentemente, em pesquisas de tecnologias médicas nas áreas das engenharias e tecnologias. O Instituto de Saúde Coletiva da UFBA teve papel fundamental na criação do SUS. A Fiocruz destaca-se na pesquisa em doenças tropicais e desenvolve atualmente projetos em *big data* em parceria com o Senai-Cimatec. A tradicional Escola Baiana de Medicina oferece curso de mestrado em tecnologias em saúde. No Polo de Inovação do IFBA, encontra-se a unidade de tecnologias em saúde da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Encontra-se também no IFBA o único laboratório de proteção radiológica do Brasil credenciado pelo Inmetro. Ao lado das instituições acadêmicas, tem-se na Região Metropolitana de Salvador a Bahiafarma, empresa de medicamentos do governo estadual, e a recém-criada Bahiainsulina.

A capital baiana tem potencial tecnológico em muitas outras áreas. Nas áreas das engenharias deve estimular o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias para a reurbanização de favelas e recuperação de rios e lagos. Como cidade inteligente, deve apoiar desenvolvedores de tecnologias para mobilidade urbana e aplicadas às áreas de saúde, educação e segurança pública. Pode ser também centro desenvolvedor de tecnologias voltadas para o desenvolvimento local, particularmente em economia popular e solidária, por meio da incubação de empreendimentos solidários apoiada por tecnologias de ponta para a produção e comercialização de produtos.

A Prefeitura deverá consolidar-se como centro articulador e estimulador de iniciativas na área tecnológica e de inovação por meio do projeto Salvador Digital, que visa estabelecer no centro histórico, cidades alta e baixa, um polo de inovação articulado internacionalmente que faça florescer as vocações da cidade calcadas nas necessidades da sua população. Dentro da perspectiva de desenvolvimento de toda a cidade, a política de inovação de Salvador deverá ser articulada em rede, tendo o centro histórico como nó central, mas que se articula com outros nós ou pontos focais nos bairros populares da cidade. O projeto Salvador Digital irá apoiar-se em ações que já vêm sendo desenvolvidas, como a criação do Hub Salvador e da Casa da Música. Mas irá além no sentido de que o centro histórico seja de fato um *locus* de moradia, habitação, estudo e trabalho. Um espaço de vida inteligente.

Diretrizes programáticas

25. TRANSFORMAR SALVADOR EM POLO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E CULTURA POPULAR: Transformar o centro histórico de Salvador no “vale do silício” da cultura popular de matriz africana e da inovação tecnológica na cidade mais negra fora da África. Consolidar o centro histórico como bairro voltado à moradia, ao trabalho e à inovação tecnológica. Consolidar Salvador como cidade criativa nas artes plásticas, na literatura, na música, na dança, na capoeira, no cinema, na fotografia, no teatro e na moda. Articular o polo de inovação do

- centro histórico com a criação de polos e laboratórios de inovação nos bairros populares e nas escolas municipais.
26. CRIAR O PROGRAMA INTERNET SOCIAL. Iluminar áreas públicas da cidade com internet gratuita. Prover internet a custo reduzido nas residências de estudantes das escolas municipais. Dotar as escolas, unidades de saúde e organismos de segurança pública de internet de qualidade.
 27. CRIAR E FORTALECER A INFRAESTRUTURA E O AMBIENTE INSTITUCIONAL DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: Fomentar o funcionamento de um Polo de Audiovisual de suporte ao desenvolvimento e criações nas áreas da música, do cinema, das comunicações digitais, clips internacionais e atividades correlatas. Estabelecer as bases para um Cluster da Moda, envolvendo o empresariado do ramo já atuante. Formatar o grande calendário de festas e eventos, numa ação conjunta com o setor turístico, e realizar anualmente o **Festival Internacional da Inovação e Cultura de Matriz Africana**. Estabelecer acordos com os agentes econômicos, objetivando superar a baixa remuneração das trabalhadoras e trabalhadores da logística.
 28. CRIAR O PROJETO SALVADOR DIGITAL EM REDE: Fortalecer a área do centro histórico como polo das atividades criativas com incentivo tributário e promoção do empreendedorismo em sintonia com a Lei Municipal de Inovação. Prover infraestrutura de internet de última geração e infraestrutura técnico-produtiva para as diferentes cadeias de produção e serviços incentivadas localmente. Articular a atividade de inovação em rede, com a criação da rede municipal de *coworkings*, *fabLabs* e espaços públicos de inovação em escolas e bibliotecas municipais.
 29. CRIAR POLO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SAÚDE: Criar polo de desenvolvimento tecnológico na área de tecnologias em saúde como centro desenvolvedor e articulador de instituições de pesquisa e empresas. Estimular as potencialidades acadêmicas e industriais da RMS com vistas a transformar Salvador em um polo de desenvolvimento de tecnologias médicas, a exemplo de registro eletrônico de pacientes e atividades médicas remotas, equipamentos de proteção individual, vacinas, testes diagnósticos e medicamentos.
 30. ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE URBANIZAÇÃO E CIDADE INTELIGENTE: Fortalecer o Hub Salvador e estimular o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a urbanização de favelas e de outras tecnologias de urbanização, a exemplo de asfaltos permeáveis e tecnologias ambientais de recuperação de rios e lagoas. Apoiar o desenvolvimento de tecnologias inteligentes voltadas para mobilidade urbana, educação, saúde e segurança pública.
 31. FORTALECER A GESTÃO MUNICIPAL DA CULTURA E INOVAÇÃO: Criação da Secretaria da Cultura e Inovação, tendo a Fundação Gregório de Mattos como sua autarquia. Estabelecer metas de garantias de execução orçamentária necessária e condizente com a transformação de Salvador em um grande polo de inovação e cultura popular.

2. Desenvolvimento urbano e sustentabilidade

Para viabilizar a leitura do território de Salvador é preciso relembrar sua história e reconstruir no imaginário coletivo o seu processo de ocupação. A fundação de origem escravocrata, cuja função metropolitana regional com área de influência para todo o território

da Bahia, acaba por constituir duas cidades: uma cujas centralidades serão definidas por igrejas, capelas e conventos e outra cujas centralidades irão dar-se por meio dos terreiros de candomblé e fontes de recursos hídricos. Tal ocupação revela territórios negros, que escapam à lógica branca de intervenção estatal e que vão relacionar-se de maneira específica com as áreas da atual Região Metropolitana de Salvador.

As lutas travadas no processo abolicionista acabam por garantir uma liberdade legal a essa população, mas segue negando-lhe uma possibilidade de ascensão econômica por não estabelecer políticas públicas de inclusão eficientes. Como consequência, não existe um crescimento de urbanização como resultado da abolição: a população é dispersada com a queda na atividade econômica manufatureira e ex-escravizados passam a se direcionar ao campo. As atividades desempenhadas são voltadas para pesca e mariscagem, ou quaisquer outras que não se assemelham às desenvolvidas no período escravocrata, e incluem na luta pela liberdade a busca por uma inserção cidadã.

Até então, não havia uma região densa, urbanizada e integrada que pudesse configurar uma região metropolitana. Tal configuração será possível apenas após o processo de integração nacional rodoviário, com a descoberta do petróleo na cidade de Candeias, em 1939, que cria um novo centro de acumulação de capital, promovendo a migração da força de trabalho da região para o campo petrolífero, desarticulando as economias familiares desenvolvidas.

As intervenções urbanas realizadas no processo de desenvolvimento de Salvador são reveladoras da inoperância das gestões no sentido de garantir uma equidade do direito à cidade. Desde o período colonial, são seguidos os aspectos recorrentes na história do desenvolvimento das cidades em geral implementados pelo pensamento urbanístico europeu. O século XX cristaliza Salvador numa sociedade de consumo globalizada, com uma complexa composição social de segregação, cujas centralidades estão em contraposição às periferias constituídas. O urbanismo higienista e os planos de melhoria são deslocados de um pensamento global do território, incapaz de compreender Salvador em sua totalidade e sem considerar suas relações metropolitanas. Tal relação vai ser alterada pela primeira vez a partir da semana de 1935 e do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), que dura de 1946 a 1952, numa tentativa de compreender a dinâmica da cidade como organismo-vivo, num claro avanço do campo metodológico e de compreensão da cidade-real.

O desenvolvimento industrial nas décadas seguintes acaba por reduzir a execução do planejamento às avenidas de vale, voltando-o ao enfoque rodoviarista e pouco articulado à visão global de cidade. A partir de então, o controle estatal sob o uso privado do solo retoma as suas raízes coloniais de estruturação de poder, através de sucessivas modificações nos parâmetros urbanísticos, limites de zonas, aberturas de vias, consolidando uma ampla degradação ambiental, com assoreamento e tamponamento de rios, destituindo os territórios de suas dimensões sagradas e subjetivas. Para suprir a demanda de políticas públicas em comum com os municípios circundantes é instituída, em 1973, a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nesse contexto, ocorre a curta vigência do Plano de Desenvolvimento de Salvador (Plandurb), recuperando publicações do EPUCS, com novas reflexões acerca do espaço urbano regional, encerrado em 1979 e, dessa forma, abrindo o território para o mercado imobiliário.

A Constituição Federal de 1988 é o primeiro documento que vai indicar uma função social da cidade e da propriedade como princípio básico. A sua finalidade é garantir a equidade na distribuição de benefícios e ônus dos processos de urbanização no território brasileiro, colocando os municípios como principais atores das políticas de desenvolvimento e gestão. O Plano Diretor, reforçado posteriormente com a criação do Estatuto das Cidades, é o instrumento básico desse processo. O documento vai ampliar a obrigatoriedade do instrumento para cidades

integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas em zonas especiais de interesse social (ZEIS). Ganham força a sociedade civil e os movimentos sociais. A cidade de Salvador aprova seu primeiro Plano de Desenvolvimento Municipal em 2008, reavaliado em 2016.

O olhar patrimonialista e voltado ao mercado imobiliário repete-se até os dias atuais e coloca em evidência erros elementares no processo de elaboração do PDDU de Salvador de 2016, do qual a sociedade participou apenas de maneira burocrática, por meio das audiências públicas e em plataformas digitais. Mais uma vez, revelando um desprezo aos saberes locais e favorecendo o mercado imobiliário e as empreiteiras.

Neste processo, são incentivadas intervenções milionárias em espaços coletivos já reconhecidos e consolidados pelo capital internacional, em contraposição aos demais espaços coletivos possíveis na cidade e desarticulação do centro antigo para composição de uma área de turismo de luxo, abandonado em seu potencial de habitação e constituição enquanto bairro vivo e não apenas consumível. Como parte integrante do Plano Salvador 500, esse documento deve articular-se com a visão estratégica para o município até o ano de 2049, com o Planejamento Metropolitano e com os planos dos demais municípios da RMS, que atualmente conta com 14 municípios e 3,6 milhões de habitantes.

Tal articulação apresenta a necessidade de uma capacidade forte de governança metropolitana, cuja relação pode ser entendida por meio de todas as relações de coordenação e cooperação, envolvendo os seus territórios, conflitos e atores de interesse. A composição inicial da RMS, ocorrida no período de ditadura militar, confere à gestão uma centralização do governo federal, que torna difícil a articulação e autonomia dos municípios participantes. Esta centralização e verticalização de gestão vai se revelar em Salvador numa forte dependência ao governo do estado, centralizando na Conder os projetos de desenvolvimento territorial. No ano de 2014, foi criada a Entidade Metropolitana, sem a participação do município de Salvador, sob alegação de que a articulação feria o pacto federativo que daria autonomia aos municípios. Houve novas tentativas de articulação com Salvador, nos anos de 2016 e 2017, para implementação de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, também sem sucesso.

2.1 Moradia, habitação e meio ambiente em Salvador

Salvador caracteriza-se como uma cidade extremamente desigual e que apresenta a segregação racial e social de maneira espacializada e determinada em setores estratégicos da cidade. O estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles realiza uma análise com abordagem na separação étnico-racial associado à discriminação racial com caráter socio-ocupacional.

A caracterização socioespacial revela seu conteúdo discriminatório, quando as tipologias superior, média superior e a concentração de renda correspondem, necessariamente, à presença de pessoas autodeclaradas brancas. O padrão de produção do espaço urbano estabelecido consolida o abandono do centro antigo e cria três vetores de expansão diferenciados para Salvador e Região Metropolitana: a orla marítima norte, o miolo e o subúrbio ferroviário. Com características socioespaciais, econômicas e raciais específicas, cada área gera demandas de habitação, ainda que diversas internamente, congruentes em necessidades gerais.

Para construir uma política de habitação, é necessário compreender quais são as variações de necessidades habitacionais reveladas ou não por meio dos índices de déficit habitacional. Atualmente, este levantamento é realizado pela Fundação João Pinheiro e abastece os dados do IBGE. A última publicação revela um índice relativo de 10,2% de déficit habitacional em Salvador

e sua Região Metropolitana, perfazendo um total de 141.274 habitações. É importante apontar que alterações no formulário de pesquisa da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) retirou as informações acerca dos valores de aluguel, variável que possibilitava analisar a relação entre o déficit habitacional e o mercado de moradia: a principal questão da política habitacional.

Segundo dados da PNAD de 2019, 19,6% da população de Salvador estão em condição de aluguel. Esse índice representa aqueles que se encontram no limiar de configuração do déficit habitacional: não conseguem acessar o crédito para compra de imóvel, mas conseguem arcar com o ônus do aluguel. Ainda que haja programas que visem dar conta do déficit, como foi o caso do MCMV, a não regulação do aluguel significa manter uma variável capaz de inflacioná-lo.

Além do ônus excessivo do aluguel, a habitação precária é outra variável que necessita de novas categorias de análise. A Fundação João Pinheiro, em sua publicação sobre DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL (2015) indica que as informações levantadas não permitem o cálculo da depreciação dos imóveis. Em 2019, segundo o IBGE, Salvador contava com 95,9% dos domicílios com banheiro, sanitário ou buraco para dejeções, 91,5% das habitações com piso cerâmico, 96,2% são feitas de paredes em alvenaria/taipa com revestimento e apenas 0,1% não tem cobertura em telha ou laje. No entanto, tais categorias não dão conta de avaliar a salubridade ou a qualidade desses espaços.

Conflui a esses aspectos o fracasso da agenda ultraliberal imposta pelo governo de Bolsonaro que, associada à pandemia da Covid-19, tende a resultar em uma profunda crise política, econômica e social, que vem indicando uma possível ruptura ao pacto federativo. A pandemia traz à tona, mais uma vez e de maneira urgente, a relação das políticas públicas municipais com os bairros populares de Salvador, quanto a suas implementações. Num momento de crise global, a gestão de ACM Neto não apresenta medidas suficientes para a prevenção ao contágio devido à inoperância da Prefeitura na escala de proximidade do bairro. A incapacidade de atuar diretamente com as famílias, nos seus territórios, apresenta-se também como nula nas demais dinâmicas da vida cotidiana.

Além de apresentar outra orientação política, a candidatura de Olívia Santana busca construir um planejamento de desenvolvimento para os territórios sob uma ótica descolonizadora, que traga a população como centralidade da pauta política, que revele a autonomia dos territórios constituídos e negligenciados até então, fortalecendo as figuras representativas e articulações comunitárias, por meio de uma aproximação para verdadeira compreensão do lugar de entrecruzamento, interação e constituição da vida social e suas filosofias, reduzindo a setorialidade nas políticas públicas e os rígidos limites traçados entre elas.

Diretrizes programáticas

32. **PROMOVER A REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:** Promover a urbanização com foco ambiental das áreas sem infraestrutura, com ocupação desordenada e precária, por meio da regularização urbanística e fundiária, inserindo seus moradores no contexto legal da cidade.
33. **REVISAR OS ITENS MÍNIMOS DE URBANIZAÇÃO:** Revisar os itens mínimos de urbanização nas regiões já urbanizadas e historicamente postergadas pela gestão pública - construção de calçadas, reforma de escadarias, atualização de iluminação pública, instalação de coletores de lixo subterrâneos, equipamentos de lazer, rede de internet pública e demais intervenções necessárias, prioritariamente realizados em Zonas Especiais de Interesse Social, de acordo com as necessidades locais.

34. RECUPERAR E PRESERVAR LAGOS E RIOS: Recuperar e preservar lagos e rios urbanos, potencializando sua vocação para constituição de espaços de lazer dentro das comunidades e atuando como corredores ecológicos, inclusive interrompendo a política de tamponamento de rios, colocando Salvador em consonância com as políticas de responsabilidade ambiental adotadas mundialmente.
35. SUBSIDIAR A TAXA DE ESGOTO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA: Implementar política de subsídio à taxa praticada para ligação de esgoto para famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos.
36. PARTICIPAR DA ARTICULAÇÃO METROPOLITANA: Participar e auxiliar na articulação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Salvador, compreendendo-a como um território resultante de sua história. Propor a Articulação Metropolitana de Habitação, visando à unificação das solicitações para o cadastro nos programas de habitação para toda a RMS.
37. ESTABELECEM PARÂMETROS PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO: Estabelecer os parâmetros para controle do mercado imobiliário, inserindo categorias de análise como: valor dos imóveis urbanos, valor dos aluguéis, dados de inadimplência, dados de vacância dinâmica.
38. DINAMIZAR AS PREFEITURAS-BAIRRO: Consolidar as prefeituras-bairro como agentes de transformação por meio da ampliação da equipe e atividades desempenhadas para reconhecimento, aproximação das localidades e prestação de serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, passando a funcionar como instância de articulação direta da Prefeitura com os municípios para construção das transformações locais específicas.
39. CAPACITAR O CORPO TÉCNICO DAS PREFEITURAS-BAIRRO: Dotar o corpo técnico da prefeitura-bairro de capacitação necessária ao mapeamento das condições reais de habitação, infraestrutura e outras dimensões da vida coletiva, que subsidiem as políticas de habitação, tendo como objetivo principal a criação de vínculos, compromissos e corresponsabilidade da população, com atenção e atuação permanente, funcionando como peça chave na articulação da participação nas demais políticas instituídas.
40. CRIAR SISTEMAS DE DADOS: Criar o Sistema de Dados da Habitação, de acesso público e irrestrito, para organizar todo o levantamento de dados realizado pelas prefeituras-bairro e pelo controle do mercado, empreendendo as demais variáveis que permitam uma análise não superficial da questão da habitação, ou seja, a construção de uma base de dados oficial e territorializada.
41. CRIAR A CAMPANHA MORAR É UM DIREITO: Realizar atividades, por meio das prefeituras-bairro, de conscientização e informação da população quanto aos seus direitos no que diz respeito à moradia, ampliando a possibilidade de intervenção popular-participativa nas políticas habitacionais.
42. INSTITUIR POLÍTICAS HABITACIONAIS PARA VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA: Incluir as mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas transexuais nas prioridades das políticas de habitação.
43. PROMOVER NOVAS ALTERNATIVAS DE MORADIA: Priorizar a reforma e conversão do uso do passivo construído não utilizado e produzir novas unidades em conjuntos de uso misto que conformem uso residencial (para propriedade e aluguel social), comercial e de serviços para região do comércio, centro antigo e orla atlântica. Promover a participação de famílias residentes nos bairros de inserção com renda mensal de até 02 salários mínimos no programa de propriedade/aluguel social.
44. MELHORAR A MORADIA NO SUBÚRBIO: Estabelecer o Programa Morar Melhor Subúrbio, por meio da construção de novas unidades habitacionais no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial, aproveitando vazios construídos, terrenos inutilizados ou demais imóveis que não se enquadrem no uso social da propriedade privada estabelecido por lei.

45. RESTAURAR E REQUALIFICAR CONJUNTOS HABITACIONAIS: Promover a requalificação urbana e restauro dos conjuntos habitacionais construídos por meio dos programas municipais de Habitação de Interesse Social, prioritariamente localizados no comércio e região do miolo da cidade.
46. PROMOVER A CONSTRUÇÃO COOPERATIVISTA: Capacitar mão de obra para construção cooperativista e consequente uso de cooperativas de trabalho locais para execução das novas unidades habitacionais, coordenando a produção de novas habitações à qualificação de mão de obra e geração de postos de trabalho. Desenvolver e implementar novas tecnologias de construção em parceria com instituições de pesquisa.

2.2 O direito à cidade, mobilidade urbana e infraestrutura

Ao cenário de desigualdades históricas e latentes já conhecidas da cidade de Salvador, por sua desequilibrada distribuição de renda confirmada pela PNAD 2020 e pelo histórico da sua formação social, somam-se as epidemias das arboviroses, as doenças prevalentes e a pandemia de coronavírus, contribuindo para expor as deficiências e lacunas na infraestrutura e as limitações do sistema de saúde pública da capital baiana.

É neste quadro que se faz decisiva e necessária a intervenção do Estado, por meio de todas as suas esferas e âmbitos, particularmente a municipal, para que, em parceria com a população e os agentes econômicos, possa avançar na alteração desta realidade, em busca da diminuição do abismo social, na direção da redução das desigualdades.

A cidade de Salvador deve oferecer aos seus moradores condições dignas de habitabilidade com conforto e segurança, para a plenitude do desempenho das atividades essenciais, com acesso à saúde, moradia, trabalho, educação e lazer, para o desenvolvimento da vida humana em sua totalidade.

O quadro atual apresenta uma inversão de prioridades em relação às áreas de intervenção escolhidas, à natureza das mesmas e à realização de gastos não essenciais, ou mesmo em duplicidade (retrabalho), em função de falhas de planejamento ou baixa qualidade de obras e serviços contratados.

O nosso programa apresenta como prioridade a requalificação das ocupações populares com acesso a água e esgotamento sanitário, arruamento, drenagem, iluminação pública e plena acessibilidade com calçadas, rampas, escadarias, equipamentos comunitários e acesso à internet. Esses itens são prioritários em paralelo com a acessibilidade a áreas de interesse tais como sítios históricos, parques, museus, praias, pontos turísticos, eventos, espaços religiosos, bibliotecas, teatros, cinemas e outros.

Os projetos de requalificação urbana devem ir além das intervenções físicas, devem agregar a oferta de serviços públicos básicos que elevem o patamar das condições de vida dignas para a população.

Este programa visa aproximar as necessidades mais urgentes da população, tais como saúde, moradia, trabalho, educação e lazer, das intervenções do poder público municipal, reduzindo as desigualdades geográficas da cidade e do acesso dos soteropolitanos aos

benefícios delas decorrentes com prévio planejamento com eixos claramente pontuados e objetivos a serem alcançados.

A opção pela padronização das intervenções urbanísticas da atual administração, com pavimento intertravado e tamponamento de rios e cursos d'água, deixa o cenário urbano uniforme, sem variações, criando um panorama visual único. A mesma deve ser revista, adequando e incorporando características próprias de cada área e região da cidade.

As intervenções na infraestrutura e mobilidade urbana devem contribuir para ofertar, à cidade, ambientes saudáveis, com requisitos básicos de habitabilidade, deslocamentos mais rápidos, com nível de conforto adequado e ao custo que possa ser absorvido pelos munícipes, o que efetivamente contribuirá para reduzir as desigualdades entre os soteropolitanos.

As medidas de redução das emissões de carbono pela queima de combustíveis fósseis devem ter metas a serem atingidas, com a adoção escalonada da mudança por tecnologias limpas dos veículos automotores de uso individual e coletivo, e uso racional dos veículos.

As ações a serem implementadas no campo da mobilidade urbana seguem as linhas mestras do Plamob de 2017.

Diretrizes programáticas

47. REDESENHAR AS LINHAS DE ÔNIBUS DE SALVADOR: Redesenhar as linhas de ônibus, reforçando o atendimento às localidades com deslocamentos transversais alimentadores das estações de transbordo e aos corredores troncais (metro, monotrilho, BRT) com o objetivo de otimizar os tempos de viagem e a integração.
48. REVER CONTRATOS E MODELO DE FINANCIAMENTO: Rever contrato da PMS com as concessionárias do transporte coletivo urbano. Buscar novo modelo de financiamento do transporte, ampliando a participação financeira das empregadoras, dos empregadores e do poder público, para subsidiar as gratuidades legais de estudantes, idosas e idosos, desempregadas e desempregados e meia passagem aos domingos.
49. RENOVAR A FROTA DE ÔNIBUS: Instituir programa de renovação da frota de ônibus, incluindo a inserção de ônibus elétricos, buscando a redução das emissões de gases poluentes produzidos por combustíveis fósseis.
50. ESTABELECEER E QUALIFICAR FORMAS ALTERNATIVAS DE MOBILIDADE E TRANSPORTE: Promover a interligação entre cumeadas e entre cumeadas e vales por meio de escadarias, esteiras e escadas rolantes, ascensores, teleféricos. Fazer a requalificação do transporte marítimo entre o continente com o subúrbio ferroviário e as ilhas e sua integração.
51. PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA: Eliminar pontos críticos com intervenções físicas, reforço na sinalização e na iluminação em conjunto com as concessionárias. Equilibrar nas ações do órgão executivo de trânsito o trinômio: educação de trânsito - engenharia - fiscalização.
52. RESPEITAR O PEDESTRE E PROMOVER O TRANSPORTE ATIVO: Implantar o estatuto do pedestre. Interligar ciclovias existentes e exigir a previsão de infraestrutura com ciclovias, ciclofaixas e bicicletários no licenciamento de novas vias e novos empreendimentos.
53. ESTIMULAR O COMPARTILHAMENTO DE TRANSPORTES: Ampliar o programa de compartilhamento de bicicletas. Instituir programa de compartilhamento de veículos, carona solidária, em bairros, condomínios e locais de trabalho.

54. **REGULAR OS SERVIÇOS DE ENTREGA:** Regular as entregas autônomas de mercadorias e afins, por meio de plataformas logísticas, com qualificação dos operadores quanto a segurança viária, formalização e cadastramento previdenciário.
55. **PLANEJAR E REQUALIFICAR A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO:** Planejar e preparar as intervenções viárias com roteirização de veículos de transportes de cargas, inclusive levando em conta a implantação do sistema rodoviário ponte Salvador / Ilha de Itaparica. Atrair e regular a implantação dos centros de distribuição de bens duráveis e mercadorias e a roteirização das entregas.
56. **QUALIFICAR A PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:** Rever a qualidade do pavimento das vias quanto a sua durabilidade, prevenindo o surgimento de buracos e o escorregamento lateral do asfalto que ocorre nos corredores de tráfego, particularmente nos pontos de ônibus, causando irregularidades. Implantar programa de manutenção rápida para recuperação do pavimento em caso de intervenções para expansão de redes ou corretivas no leito nas vias (tapa buracos).
57. **IMPLANTAR E RECUPERAR ESCADARIAS DRENANTES:** Criar amplo programa de implantação e recuperação de escadarias drenantes com a instalação de corrimões e iluminação pública.
58. **PREVENIR CHEIAS E ENCHENTES:** Implantar programa de alargamento, regularização do curso dos córregos e canais e restrição de ocupações ao longo dos leitos e margens e seu ajardinamento, visando minorar os problemas decorrentes das cheias e enchentes.
59. **PROMOVER A GESTÃO DE ÁREAS DE RISCO E ENCOSTAS:** Priorizar planejamento e mapeamento, visando a ampliação das intervenções de contenção de encostas e impedimento de novas ocupações com a geração de áreas de risco, inclusive nos terrenos às margens das novas vias construídas na cidade.
60. **REQUALIFICAR A INFRAESTRUTURA URBANA DA CIDADE:** Fazer a requalificação urbanística em bairros, sítios históricos e áreas de interesse social, priorizando o acesso aos serviços básicos água e esgotamento sanitário, arruamento, drenagem, iluminação pública e acessibilidade com calçadas, rampas, escadarias (com parapeitos e corrimões), equipamentos comunitários (saúde, educação, lazer...) e amplo acesso à internet.

2.3 Esportes e lazer

O esporte brasileiro viveu seu auge durante os governos populares do período de 2003 a 2016. O período que vai de 2007 a 2016 é por muitos considerado “a década de ouro” do esporte no Brasil.

Programas com ampla inclusão social, como o Segundo Tempo, o PELC e o Pintando a Cidadania marcaram um momento único nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Após uma ausência de décadas, o Brasil também voltou a sediar grandes eventos esportivos internacionais, ocupando um lugar de destaque nesse importante cenário mundial antes amplamente dominado por grandes potências do hemisfério norte.

Realizando importantes investimentos ao longo de uma grande série de eventos esportivos internacionais (Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007, Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016), o Ministério do Esporte conseguiu estabelecer uma racionalidade econômica em um processo de longo prazo, permitindo que investimentos dos Jogos Rio 2007,

por exemplo, fossem utilizados em megaeventos em 2011, 2014 e 2016, diminuindo o custo unitário de cada evento e maximizando os benefícios da realização de cada um deles.

O Diagnóstico do Esporte realizado pela Fundação Getúlio Vargas estimou que o multiplicador econômico desses investimentos foi de 3,84, o que significa que para cada um R\$ 1,00 investido no esporte, a economia brasileira movimentou R\$ 3,84. Para se ter uma ideia da efetividade econômica desse programa, o multiplicador médio da atividade econômica é de 2,74.

A infraestrutura esportiva brasileira foi amplamente modernizada e iniciou-se um processo de nacionalização dos equipamentos com vistas a dotar todos os estados brasileiros de condições mínimas básicas para a prática esportiva de qualidade. A Bahia recebeu neste período uma piscina olímpica, uma piscina semiolímpica, um Centro Panamericano de Judô e a Nova Fonte Nova.

Contudo, a maior parte dessas conquistas começou a sofrer de falta de recursos para sua continuidade com o golpe perpetrado contra a presidenta Dilma. Já no governo Temer, a população começou a ser privada do acesso ao esporte e ao lazer e o legado desse período começou a ser abandonado em algumas cidades.

A principal derrota do esporte na história recente foi a extinção do Ministério do Esporte pelo governo Bolsonaro. Apoiando-se em discurso liberal raso, o atual presidente extinguiu o órgão gestor do esporte nacional com a justificativa de cortar gastos e diminuir o tamanho do governo, substituindo-o por uma Secretaria Especial subordinada ao Ministério da Cidadania. Após os aplausos iniciais de importantes ex-atletas, a medida revelou-se em sua essência: a destruição completa da política pública do setor.

Em meio à pandemia que já ceifou a vida de dezenas de milhares de brasileiros, é preciso levantar a bandeira do esporte como meio para construir uma população mais forte, mais saudável e com melhores condições de enfrentar as diversas doenças que assolam a humanidade.

Salvador é uma das poucas capitais brasileiras não integradas ao sistema nacional de esporte. A cidade não se beneficiou como ente federado da “década de ouro” do esporte brasileiro. Não há um sistema municipal de esporte e lazer, não há conselho específico em funcionamento. Não há fundo municipal, nem lei municipal de incentivo ao esporte.

A política clientelista

Instituições ligadas ao esporte em Salvador precisam enfrentar o clientelismo para conseguirem a doação de uma bola ou de um colete para a prática esportiva. Como os critérios não estão validados por um sistema, intermediários são utilizados para trocar apoio político nesse segmento.

O site da Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (Semtel) não tem uma ação sequer que valorize os critérios de transparência na tomada de decisão sobre os poucos apoios concedidos. A infraestrutura esportiva foi esquecida na atual gestão. Foram diminutas as Iniciativas de construção de equipamentos esportivos nos últimos 8 anos. As intervenções resumiram-se a reformas de espaços públicos, praças e jardins, e até a manutenção dos existentes é deficiente.

Não podemos esquecer que o investimento em esporte tem grande efeito sobre a saúde da população, que uma vez mais saudável é menos vulnerável em situações de pandemia como a atual. Esse impacto foi quantificado em diversos estudos, e a Organização das Nações Unidas estima que para cada R\$ 1,00 investido em esporte, são economizados R\$ 3,20 em programas de saúde.

À omissão do governo federal e da Prefeitura de Salvador, devemos responder com propostas que permitam a apropriação democrática dos espaços urbanos por meio da prática de atividades esportivas como as caminhadas, as corridas de rua, os passeios ciclísticos, ruas de lazer e esportes de areia e mar. Ao aumento da exclusão social, responderemos com a retomada dos investimentos em programas sociais esportivos, articulados com atividades culturais e educacionais, priorizando as áreas mais carentes. Estimular principalmente o esporte de participação e inclusão social, com iniciativas para a juventude, para as mulheres, o esporte para paratletas, entre outros.

Nosso Programa vai reconectar as ações de apoio à realização de eventos e apoios à afinidade das soteropolitanas e soteropolitanos e a história da prática do esporte, a geografia da cidade com 50 quilômetros de orla e as potencialidades esportivas locais.

Diretrizes programáticas

61. **CONSTITUIR O SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER:** Criar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, inclusive o Conselho Municipal, e realizar a Conferência Municipal. Realizar o Censo Municipal do Esporte. Criar o Bolsa Esporte Municipal e propor a Lei Municipal para o Incentivo ao Esporte.
62. **DESENVOLVER AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO:** Realizar cursos para elaboração de projetos esportivos, capacitar dirigentes esportivos (federações, ligas, clubes e associações) e promover cursos de capacitação técnica para treinadores esportivos e agentes de lazer.
63. **PROVER PROGRAMAS E INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE E LAZER:** Ampliar as iniciativas para o estímulo à prática de atividades físicas e lazer nas ruas, parques, equipamentos (ruas de lazer, caminhadas, corridas, pedaladas). Implantar programas que promovam o fortalecimento do esporte e do lazer nas comunidades. Retomar os programas sociais com base no esporte, articulados com a cultura e educação, principalmente nas regiões vulneráveis (PELC, Segundo Tempo). Implantar programas de incentivo à prática de esportes e de exercício corporal para pessoas com deficiência física e visual, idosas e idosos.
64. **CRIAR O CENTRO MUNICIPAL DE ARTES MARCIAIS:** implantar centro para a prática de artes maciais e com foco a missão de ser referência nas diversas modalidades, em e como forma de estímulo, treinamento e aperfeiçoamento das artes maciais na cidade de Salvador.
65. **DESENVOLVER O PROGRAMA “ESPORTE CIDADÃO” E FORTALECER O ESPORTE AMADOR:** Promover os esportes que fortalecem o histórico de prática e identidade cultural como o remo, a capoeira e o futebol amador. Incentivar a prática dos esportes de areia e mar, aproveitando a oferta natural de 50 quilômetros de orla marítima (futebol de areia, vôlei de praia, futvôlei, futebol feminino, frescobol, baleado, peteca e maratonas aquáticas, surfe, vela, remo, pesca e mergulho, entre outros). Apoiar as artes marciais, esporte que tem se revelado como potencialidades locais como o boxe judô, jiu-jitsu, karatê. Otimizar o uso das piscinas e pistas, promovendo a prática da natação, polo aquático, ginástica, atletismo e ciclismo.

66. **PROMOVER A INICIAÇÃO ESPORTIVA E OS ESPORTES NA ESCOLA:** Buscar espalhar nos espaços públicos o esporte lúdico para crianças associado às escolinhas de iniciação esportiva. Ampliar a prática de esporte nas escolas com aproveitamento dos espaços existentes, introduzindo o xadrez e os jogos eletrônicos educativos como ferramentas pedagógicas. Requalificar os espaços escolares para prática dos esportes e das atividades físicas.
67. **FORTALECER A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA:** Implantar um programa de construção de infraestrutura esportiva, buscando garantir a implantação do ginásio poliesportivo municipal. Dotar a cidade de equipamentos esportivos comunitários e escolares com quadras, centros, pistas. Preservar e manter as estruturas de esporte comunitário tais como os campos de futebol de bairro, quadras, pistas de caminhada, corrida e circulação de bicicletas e de skate.
68. **PROMOVER A ECONOMIA DO ESPORTE E EVENTOS ESPORTIVOS:** Criar programas que permitam implantar fábricas comunitárias de construção de equipamentos esportivos (barcos, pranchas...) e vestuário para a prática de diversas modalidades esportivas. Atrair e promover eventos esportivos que permitam a participação de competidores e como lazer para assistência da população, gerando emprego e renda.
69. **INCENTIVAR O ESPORTE FEMININO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Garantir representação de mulheres e pessoas com deficiência em comitê de gestão local e compartilhada de equipamentos esportivos como forma de incentivar o esporte feminino e o esporte para pessoas com deficiência.

2.4 O turismo em Salvador

Salvador é um dos principais destinos turísticos do Brasil. Apesar de suas gritantes desigualdades, atrai turistas nacionais e internacionais ávidos por conhecer sua gente, seus costumes, culinária, música, arquitetura, religiosidade, história, praias. O turismo constitui ao mesmo tempo atividade cultural e econômica. O entretenimento, o turismo de negócios e o étnico também são destaques quando se trata da capital. Para termos uma ideia do tamanho do setor, a Bahia arrecadou mais de R\$ 1,7 bilhão com as atividades do segmento no 1º trimestre de 2020.

Em 2019, Salvador recebeu no verão 2,7 milhões turistas, que geraram uma receita estimada de R\$ 4 bilhões. O aeroporto de Salvador registra uma movimentação média anual de 7 milhões de pessoas. Boa parte desse número está relacionada ao turismo, que emprega extensivamente e é responsável por parte significativa da receita municipal.

A média anual de ocupação hoteleira na capital tem chegado à casa dos 60% nos últimos anos, o que demonstra que há problemas no planejamento das ações no setor. A cidade não tem distribuído no curso dos meses uma captação equilibrada para evitar picos apenas nos meses de verão. Esse setor, junto com o de alimentos e bebidas, responde por mais de 40% das receitas do turismo na cidade.

A análise dos mercados emissores para Salvador mostra que 44% dos que visitaram Salvador no último ano vieram do próprio estado da Bahia. E outros 33% da região sudeste. Isso mostra o baixo investimento em promoção turística em outras regiões do país, que poderiam diversificar o mercado interno e aquecer a ocupação hoteleira nos meses em que necessita.

Quanto ao turismo internacional, a Argentina segue líder com quase 20% dos visitantes que aqui chegam. Em seguida, começa uma distorção que reflete a opção feita pelas autoridades

locais de promover a cidade na Europa em detrimento dos países latino-americanos. Alemanha, Itália, Espanha, França, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos são os maiores mercados depois da Argentina. Peru e Chile são o 9° e o 10° mercados emissores, respectivamente.

É importante também destacar o turismo doméstico que possibilita ao próprio soteropolitano o conhecimento da sua cidade. Em particular, o turismo doméstico deve estar associado às atividades na área de educação e à formação das pessoas que estudam, trabalham e habitam a cidade.

Uma gestão sistêmica do turismo precisa dar conta da sua necessária articulação com várias cadeias produtivas do estado. É inconcebível que o esporte não esteja integrado numa concepção de negócios para o turismo, por exemplo, numa cidade como Salvador. Da mesma forma que o turismo para o público LGBTQI+ continua sem política articulada, numa cidade que recebe milhares de turistas identificados como deste segmento.

O debate sobre a distribuição da renda gerada pelo turismo, da qualificação da mão-de-obra, da participação das mulheres na gestão do turismo de negócios também precisa vir à ordem do dia.

A gestão democrática de Olívia Santana e Joca Soares pretende ouvir todos os segmentos organizados para a execução de ações neste setor. Empresárias e empresários, trabalhadoras e trabalhadores, governos e entidades representativas serão chamadas e chamados ao diálogo para a construção de uma agenda ativa.

Diretrizes programáticas

70. CONSOLIDAR O SISTEMA MUNICIPAL DO TURISMO: Estabelecer o conselho municipal do turismo com efetiva participação social.
71. FORTALECER O CARNAVAL DE MAIOR PARTICIPAÇÃO POPULAR DO PLANETA: Tratar o carnaval como evento fundamental de participação popular e para a vida da cidade sob a ótica da inclusão social, distribuição de renda, respeito às mulheres, trabalho decente, combate ao trabalho infantil, geração de negócios. Em 2020, o carnaval trouxe 635.691 turistas (92% foram turistas nacionais, destes 51% de mulheres), com receita estimada para a cidade em R\$ 1,25 bilhão.
72. VALORIZAR O TURISMO ÉTNICO: Consolidar o destino para este segmento, com arrojada promoção nacional e internacional. Integrar entidades representativas, pesquisadores, universidades e o observatório estadual do turismo para o acompanhamento.
73. PROMOVER O TURISMO RELIGIOSO: Investir na ampliação das parcerias nacionais e internacionais com organizações religiosas e trade turístico. Criar comitê com autoridades religiosas e representantes do setor turístico para definir ações conjuntas para este importante segmento.
74. FORTALECER O TURISMO DA COMUNIDADE LGBTQI+: Reunir entidades locais e nacionais para debater as potencialidades da cidade e efetivar campanhas de respeito e acolhimento para a comunidade LGBTQI+.
75. FOMENTAR O TURISMO DOMÉSTICO: Realizar atividades turísticas envolvendo habitantes da cidade do Salvador. Programar passeios turísticos com as escolas públicas e privadas do município com vistas ao conhecimento da cidade, sua história e seu patrimônio material e imaterial.
76. ESTABELECEER AGENDA ANUAL DE EVENTOS: Ampliar a relação com a rede de Convention Bureau. Definir calendário anual que possibilite distribuir, durante todo o ano, a ocupação

hoteleira. Eventos nas áreas de saúde e de inovação tecnológica terão destaque no novo governo.

77. FORTALECER O TURISMO DE NEGÓCIOS E PARA NOVOS NEGÓCIOS: Investir na promoção turística e captação de novos negócios, dentro e fora do Brasil, para aumentar a participação deste segmento nas receitas com o turismo.
78. ESTREITAR A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E ESPORTES: Inserir Salvador no calendário esportivo nacional (além do futebol) - retornar a Stock Car, captar a Gymnasiade (Olimpíada Escolar Mundial) e etapas nacionais dos campeonatos de judô, basquete e triathlon.
79. DINAMIZAR O TURISMO DE CRUZEIROS: Ampliar o investimento em captação do turismo de cruzeiros em países da América Latina. O novo porto de Salvador pode e deve ser uma porta de entrada à altura do investimento feito.
80. FORTALECER AS FESTAS POPULARES NA PERSPECTIVA DO TURISMO: Promover com centralidade as festas populares da cidade nas feiras e eventos de turismo dentro e fora do Brasil.
81. FOMENTAR O ARTESANATO LOCAL: Articular ações conjuntas com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte/Coordenação Estadual de Fomento ao Artesanato para a inserção das atividades nos programas estaduais de Trabalho e Renda e de Turismo.

3. Cuidado com as pessoas, desenvolvimento social e reparações

O cuidado com as pessoas será enfatizado como questão central do Programa de Governo. É um tema transversal que abrange, sobretudo, a garantia dos direitos dos cidadãos. Neste sentido, expressa-se em todas as macrovertentes deste programa e pode ser exemplificado no tratamento nas seções anteriores do direito ao trabalho e à cultura, à moradia e habitação e o respeito ao meio ambiente. Nesta seção, são tratados mais especificamente os direitos à educação, à saúde e à assistência social.

3.1 Direito à educação de qualidade

Entre as capitais brasileiras, a população de Salvador é uma das que têm níveis mais baixos de formação. Cerca de 25% dos que têm 25 anos ou mais de idade integram o grupo das pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto. Apenas 22% da sua população com ensino superior, figurando na 19ª posição entre as capitais.

Cerca de 83% das pessoas autodeclaradas brancas tiveram 12 ou mais anos de estudos, contra 63% das autodeclaradas pretas ou pardas. 28% dos negros não têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto contra 13% dos brancos. Por outro lado, 41% dos brancos concluíram o ensino superior contra apenas 18% dos negros.

As redes de ensino pública e privada de Salvador contavam, em 2019, com quase 700 mil estudantes, sendo 546 mil na educação básica e 152 mil na graduação presencial. O total de matrículas está distribuído entre 398 mil para as redes públicas – federal, estadual e municipal – e 300 mil para a rede privada. Na graduação, as matrículas nas redes públicas e privada

correspondem a, respectivamente, 28% e 72%, enquanto que na educação básica correspondem a, respectivamente, 66% e 34%.

O setor privado é responsável por 65% das matrículas na educação infantil em Salvador. Esse dado destoa fortemente dos percentuais do Brasil (28%) e da Bahia (26%). Entre as capitais, Salvador é a terceira com maior participação de matrículas no setor privado, na educação infantil, atrás apenas de Porto Alegre (84%) e São Luís (72%).

Ressalta-se, ainda, que o município só tem oferecido vagas para crianças de 2 a 5 anos e que apenas 9% das matrículas na rede municipal são em tempo integral, sendo 86% na creche (2 e 3 anos), 19% na pré-escola (4 e 5 anos) e 2% no ensino fundamental.

Conta-se com 1.508 estabelecimentos da educação básica em Salvador, sendo 2 federais, 203 estaduais, 431 municipais e 872 privados. O corpo docente é constituído por 21.241 professores e professoras, atuando na educação infantil (4.365), no ensino fundamental (13.840), no ensino médio (5.973), na educação profissional (1.989), na educação de jovens e adultos (3.544) e na educação especial (12.715). Em termos de esfera administrativa, 11.703 atuam nos estabelecimentos públicos – 373 nos federais, 5.582 nos estaduais e 5.748 nos municipais – e 9.715 nos estabelecimentos privados.

As taxas de escolarização em Salvador são 45% para 0 a 3 anos, 98% para 4 e 5 anos, 100% para 6 a 14 anos, 91% para 15 a 17 anos e 44% para 18 a 24 anos. Registram-se, em 2019, apenas 33.176 matrículas na Educação de Jovens e Adultos I (EJA I), embora cerca de 500 mil soteropolitanos estejam no grupo das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

A demanda por vagas na rede municipal situa-se principalmente em creches, para a população de 0 e 3, na qual existem cerca de 68 mil crianças não matriculadas. Em 2020, aproximadamente 6.500 pedidos de matrícula não foram atendidos. As demandas na educação infantil têm sido atendidas pela Prefeitura por meio de três modalidades: 1) Na rede pública; 2) Através de Termos de Colaboração firmados com Organizações da Sociedade Civil (creches comunitárias, filantrópicas ou confessionais); 3) Através de *vouchers* em escolas particulares (Programa Pé na Escola).

A qualidade do ensino

O município cumpriu as metas estabelecidas do IDEB entre 2007 e 2017 para os anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais, as metas não foram cumpridas entre 2013 e 2017. As notas obtidas tanto no ensino fundamental I quanto no ensino fundamental II ainda são baixas. A título de comparação, a rede municipal de Sobral (CE), em 2017, obteve 9,1 nos anos iniciais e 7,2 nos anos finais, enquanto a rede municipal de Salvador obteve, respectivamente, 5,3 e 3,9. Licínio de Almeida (BA) obteve, respectivamente, 6,8 e 6,0.

Tomando-se os indicadores do IDEB para a rede municipal nos períodos 2005 - 2011 e 2011 - 2017, vê-se que, nos anos iniciais do EF, o Indicador de Rendimento (P), que mede a taxa de aprovação, aumentou 24% e 11%, respectivamente. Os aumentos da Nota Média Padronizada (N), que mede a proficiência em Matemática e Língua Portuguesa, foram 16% e 17%, respectivamente. Mais especificamente, os aumentos das proficiências em Matemática foram 13% e 10%, enquanto em Língua Portuguesa foram 9% e 16%.

Entretanto, o IDEB não é o único indicador utilizado na avaliação da qualidade. Em 2019, a taxa de distorção idade-série em Salvador, nos anos iniciais do EF, foi de 24% na rede pública municipal e 8% na rede privada. Nos anos finais do EF, essa taxa foi de 43% na rede municipal e 12% na rede privada.

O percentual de docentes com curso superior é de 99,2% na rede municipal (RM) e de 56% na rede privada (RP). A adequação da formação dos docentes às disciplinas que lecionam na RM é de 95,5% na educação infantil, 85% no EF e 48,9% no EJA. A RP apresenta índices de adequação bem menores, de 33,6% na educação infantil, 4,8% no EF e 14,2% no EJA. A fração dos docentes sem formação superior na rede privada é de 40,2% na educação infantil e 32,8% no EF.

Debates sobre a experiência de Sobral (CE), que tem sido festejada pelas notas no IDEB, indicam que entre as ações adotadas pelo município encontram-se aulas em tempo integral de Matemática e Língua Portuguesa para o 5º ano do ensino fundamental, alfabetização na idade certa, valorização do profissional da educação, gestão eficiente da escola e formação continuada das professoras e dos professores dentro da carga horária de trabalho.

Questão central, a análise da qualidade do ensino não deve se restringir aos indicadores acima considerados. Passa por análises e medidas que levem em conta a infraestrutura física, laboratorial, de material didático e tecnológica. Requer a centralidade do docente no processo de ensino-aprendizagem e, neste sentido, a sua valorização e capacitação permanentes. Relaciona-se, também, com a efetiva democratização da escola e sua construção coletiva por alunos, profissionais e gestores da educação.

Na educação infantil, os indicadores de qualidade estão distribuídos em sete dimensões que devem ser monitorados e avaliados sistematicamente pela gestão municipal. As dimensões incluem a multiplicidade de experiências e linguagens, interação em espaços coletivos, promoção da saúde, infraestrutura e materiais, formação e valorização dos docentes e demais profissionais, cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Diretrizes programáticas

82. ORGANIZAR A VOLTA ÀS AULAS COM SEGURANÇA: Implementar plano de contingência para a volta às aulas durante a pandemia do coronavírus, considerando as recomendações das autoridades sanitárias e do Conselho Municipal de Educação referentes ao planejamento e implementação de medidas e estratégias de ordem sanitária, administrativa e pedagógica. Assegurar infraestrutura, equipamentos de proteção individual, tecnologias e meios de comunicação necessários à participação dos profissionais da educação e estudantes nas atividades planejadas quer sejam presenciais ou remotas.
83. GARANTIR A INTERNET SOCIAL PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: Prover internet de qualidade a preços reduzidos a alunos da rede municipal por meio do Programa Internet Social. Orientar a realização de atividades remotas quando necessárias em função das contingências da pandemia.
84. VALORIZAR A FORMAÇÃO INTEGRAL: Valorizar as ciências, as culturas, as tecnologias, as artes e as diversas formas de linguagem, entendendo que as expressões artística e cultural e o desenvolvimento social, científico e tecnológico ajudarão a superar desigualdades e a construir uma cidade mais humana, mais prazerosa para os seus moradores, mais atraente para visitantes e com maior potencial de atração de investimentos.

85. GARANTIR O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO: Garantir o direito à educação, promover a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. Estabelecer políticas de equidade e de reparações sociais. Zelar pelo cumprimento das responsabilidades do município na execução das políticas públicas da educação. Atuar de forma integrada com as esferas estadual e federal em prol da formação e capacitação das pessoas. Aplicar, no mínimo, 25% das receitas do município em educação. Garantir o funcionamento pleno e transparente do conselho municipal do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);
86. FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E AUTÔNOMOS: Fortalecer a escola como espaço de formação de cidadãos críticos e autônomos, respeitando a diversidade ideológica, política, cultural, religiosa, de gênero e étnico-racial, e como lugar de zelo pela autoestima, formação e capacitação de crianças, jovens e adultos. Cuidar da formação integral das pessoas, considerando as dimensões cognitiva, afetiva e motora, a promoção da saúde, do bem-estar, das práticas esportivas, das artes e da preservação do meio ambiente.
87. REALIZAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS: Fortalecer a gestão democrática e participativa nas escolas, estabelecer diretrizes para eleição e funcionamento dos seus conselhos, capacitar os gestores eleitos pelas comunidades escolares.
88. REALIZAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE ENSINO: Aperfeiçoar a prática de avaliação institucional do sistema de ensino em suas dimensões política, administrativa e pedagógica. Cumprir as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, constituir o Fórum Municipal de Educação, realizar, periodicamente, as Conferências Municipais de Educação e fortalecer o Conselho Municipal de Educação. Criar mecanismos de gestão integrada entre as esferas administrativas federal, estadual e municipal, com especial atenção aos níveis e modalidades de ensino oferecidos de forma compartilhada entre diferentes esferas públicas no município de Salvador.
89. VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: Valorizar a professora e o professor, cumprir o plano de carreira e garantir a reserva de parte da jornada de trabalho para estudos, planejamento e preparação das atividades pedagógicas. (Re)criar o centro de capacitação dos profissionais da educação da rede municipal que, em colaboração com instituições de ensino e pesquisa, seja também um espaço de criação e difusão de conhecimentos e de produção de materiais didáticos. Organizar, em parceria com universidades públicas, programas específicos de pós-graduação em educação *lato sensu* e *stricto sensu* nas áreas de gestão, inovação pedagógica e avaliação da aprendizagem. Promover programa de premiação e de compartilhamento de práticas pedagógicas inovadoras que invistam na participação ativa e consciente dos alunos, no desenvolvimento da autoestima, da curiosidade e motivação para aprender, da criatividade e do espírito colaborativo.
90. VALORIZAR A DIMENSÃO PEDAGÓGICA: Estabelecer planos, diretrizes e metas pedagógicas que visem à formação em ambientes de interação social, respeitando a diversidade e considerando a importância das dimensões cognitiva, afetiva e motora. (Re)construir as diretrizes curriculares e os currículos com efetiva participação docente que considere a formação integral e o estudo de questões regionais e locais, das relações étnico-raciais, da cultura, da economia e das identidades soteropolitanas e que busque eliminar a referência discriminatória às mulheres e negros e propicie a ampliação da consciência sobre os direitos e do protagonismo das mulheres e negros na história do Brasil. Investir na capacitação em relações interpessoais, possibilitando o acesso de todos os atores da escola a instrumentos que lhes possibilitem ressignificar as suas condutas, a partir da interação grupal, buscando melhor desenvolver a tarefa educacional.
91. MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO: Instituir programa de melhoria da qualidade do ensino que inclua a qualificação da gestão das escolas, formação continuada e valorização dos profissionais da educação, melhoria do ensino na educação infantil, no ensino

fundamental e na educação de jovens e adultos e que enfatize a alfabetização na idade certa e a melhoria das notas da rede municipal no IDEB.

92. CRIAR O PROGRAMA DEVER DE CASA: Instituir programa de apoio aos alunos para realização do dever de casa como etapa fundamental do processo de ensino-aprendizagem e de conquista de autonomia pelo estudante. Viabilizar apoio no turno oposto nas instalações da própria escola ou alternativamente em casa por meio de orientações remotas.
93. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA E AMPLIAR AS VAGAS EM CRECHES: Promover o desenvolvimento da primeira infância, considerando as dimensões pedagógica, da saúde, psicológica e da assistência social. Ampliar o acesso à educação infantil, com aumento significativo das vagas em creches (0 a 3 anos) e universalização da pré-escola (4 a 5 anos).
94. GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: Garantir educação de qualidade e estabelecer as condições necessárias para o atendimento às alunas e alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, com acompanhamento de profissionais especializados.
95. MELHORAR AS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO: Fortalecer a avaliação formativa, cíclica e contínua, em oposição à avaliação classificatória, promovendo reflexão crítica acerca do desempenho escolar, dos avanços e das dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.
96. PROMOVER OS ESPORTES, AS ARTES E AS CIÊNCIAS: Criar programas de iniciação esportiva e artística para os alunos da rede municipal de ensino e estimular a participação estudantil em olimpíadas científicas e maratonas tecnológicas.
97. FORTALECER A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Ampliar a oferta de vagas para a educação de jovens e adultos, entendendo que esta ação constitui-se na adoção de políticas públicas de erradicação do analfabetismo e de formação para o trabalho, especialmente das mulheres e da população negra, e de (re)qualificação da relação da escola com as famílias dos estudantes.
98. ESTABELECER ESTRATÉGIAS DE DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR: Valorizar o trabalho dos agentes da educação, visando a redução do abandono e da evasão escolares na educação infantil, no ensino fundamental e na EJA, e a promoção da aproximação entre escola, família e sociedade.
99. FORTALECER EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS: Garantir a prestação de serviços de equipes multiprofissionais (psicologia e serviço social) para atender as necessidades e prioridades das políticas de educação, no sentido de desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e no enfrentamento às questões e desafios do cotidiano, considerando o projeto político-pedagógico.
100. GARANTIR O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: Estabelecer mecanismos de gestão que garantam o funcionamento das unidades de ensino como escolas de acesso em tempo integral, proporcionando o uso contínuo das suas instalações pelas alunas, alunos e trabalhadores em educação.
101. PROMOVER A IMERSÃO DIGITAL DOS ALUNOS: Instituir programa de imersão digital, dotando a escola de infraestrutura de internet banda larga, laboratórios de tecnologia e instalações modernas, provendo o acesso a estudantes e docentes a computadores e tablets no espaço escolar, com o apoio de tutores e especialistas em tecnologias da informação e comunicação.
102. GARANTIR INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA: Assegurar ambientes favoráveis ao ensino-aprendizagem com salas de aula adequadas e equipadas com material e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas. Garantir condições dignas de trabalho com a ampliação e reestruturação da rede física escolar, assegurando ambientes favoráveis ao ensino-aprendizagem com bibliotecas,

brinquedotecas, laboratórios de ciências e de informática, quadras de esportes, salas para reuniões e desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos.

103. ESTRUTURAR AS ESCOLAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): Prover recursos e pessoal necessários às demandas pedagógicas da educação especial, dos materiais didáticos e da infraestrutura física das escolas, considerando as necessidades das PCD.

104.

105. FORTALECER AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS: Manter o compromisso do município de repassar recursos públicos para as escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, zelando para que essas instituições ofereçam ensino de qualidade e capacitem os seus profissionais de educação.

3.2 Saúde e qualidade de vida

Os indicadores de saúde da população de Salvador refletem as enormes desigualdades que caracterizam a capital baiana. A expectativa de vida ao nascer da população soteropolitana é quatro anos abaixo da média nacional, que é de 76,3 anos. A mortalidade infantil, importante indicador para avaliar desenvolvimento socioeconômico, desigualdades e acesso aos serviços de saúde, está acima da média nacional. Áreas como a Liberdade e Subúrbio apresentam uma taxa de mortalidade infantil acima de 20 mortes por mil nascidos vivos, enquanto a média da cidade é de 14,54 por mil nascidos vivos (IBGE, 2018).

Salvador, assim como o Brasil, passa por um processo de transição demográfica com o envelhecimento acelerado de sua população. O aspecto do envelhecimento populacional também é desigual, já que as populações mais idosas da cidade residem na Vitória, Graça e Canela, bairros de renda mais elevada onde a expectativa de vida é maior. O envelhecimento da população em geral tem repercussão na saúde devido ao aumento das doenças crônicas, principalmente neoplasias, Alzheimer e outras demências, junto com a hipertensão e diabetes que já são as doenças mais prevalentes na população.

As três principais causas de mortalidade em Salvador são as doenças do aparelho circulatório, seguida das neoplasias e das causas externas (violências e acidentes). A população convive com uma tripla carga de doenças: as doenças crônicas não transmissíveis, as doenças transmissíveis e aquelas causadas por fatores externos (acidentes e violência). O controle das doenças transmissíveis tem sido um grande desafio. Salvador convive com a permanência de elevadas taxas de infecção pelas arboviroses como a dengue, zika e chikungunya, transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, e ainda vê reemergir doenças que estavam sob controle, a exemplo do sarampo, e emergir novos agentes infecciosos como o H1N1 e o SARS-Cov2, este último responsável pela pandemia da Covid-19.

A Secretaria Municipal de Saúde tem fracassado no controle do mosquito *Aedes Aegypti*, ao reduzir o quantitativo de agentes de endemia, sem considerar o elevado grau de infestação nos domicílios e peridomicílio nos territórios, além de não enfrentar as questões estruturais do problema. A infestação do mosquito revela também os sérios problemas relacionados às condições de habitação e moradia, já que medidas de saneamento básico, o acesso regular a água potável e a coleta regular de lixo são fatores determinantes para a prevenção das arboviroses. Diante desta realidade, os bairros populares são os mais atingidos pela precariedade dos serviços públicos essenciais e têm a maior incidência de dengue, zika e chikungunya.

Em Salvador, os pobres e negros são os que correm maiores riscos de adoecimento e de morte. O racismo estrutural é determinante para as piores condições de vida da população negra e a coloca em situação de vulnerabilidade. O racismo e o preconceito nos serviços de saúde é algo institucionalizado, presente nas práticas dos profissionais e já evidenciado em muitos estudos. As origens das doenças que atingem a população negra são explicadas por condições que se entrelaçam: aquelas que são determinadas geneticamente, como a doença falciforme e a hipertensão arterial; outras são socialmente determinadas, tais como as doenças derivadas de condições socioeconômicas e educacionais desfavoráveis, a exemplo das doenças transmissíveis, ou aquelas que decorrem da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a exemplo do AVC, insuficiência renal decorrentes de hipertensão e/ou diabetes não controladas, entre outras.

A população negra é a que mais adoece e morre por causas evitáveis em Salvador. Os jovens negros são os mais atingidos pela violência, principalmente homicídios, que é a causa principal de mortes na faixa de 15 a 29 anos. A mortalidade materna é considerada uma tragédia que na maioria absoluta dos casos pode ser evitada e atinge principalmente as mulheres negras, com 83% dos casos de 2005-2015. Em Salvador, a taxa de mortalidade materna é de 64,87 por 100 mil nascidos vivos, número elevado de acordo com a classificação da OMS. Chama a atenção a distribuição desigual, com Pau da Lima apresentando a absurda taxa de 92,5 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

Salvador precisa garantir a atenção integral à saúde da mulher em todo seu ciclo de vida, respeitando os seus direitos sexuais e reprodutivos, observando a questão de gênero e sexualidade. Algumas condições crônicas como a hipertensão, a depressão e a obesidade têm maior prevalência entre as mulheres. As infecções causadas pelas doenças sexualmente transmissíveis são fatores de risco à mortalidade materna e neonatal. Chama a atenção a alta incidência da sífilis congênita em Salvador, situação inaceitável devido à facilidade de prevenção e tratamento, o que demonstra falhas profundas na atenção à saúde das gestantes.

A gravidez na adolescência é um importante fator de risco para saúde e condições de vida das mulheres e deve ser evitada por meio de ações de educação sexual e reprodutiva, o que exige ações intersetoriais. Em Salvador, a média de nascidos vivos com mães entre 10 e 19 anos é de 16% (SMS, 2017). A gravidez na adolescência tem consequências duradouras na vida das meninas, tais como a interrupção dos estudos, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e maior chance de viver em situação de pobreza. Ademais, a gravidez na adolescência está diretamente relacionada a maiores taxas de mortalidade materna e infantil.

A violência contra a mulher deve ser compreendida como uma questão de saúde pública pela magnitude das ocorrências e o enorme impacto físico e psicológico na vida das mulheres. É necessário preparar os serviços de saúde para o atendimento humanizado e adequado às mulheres vítimas de violência. O registro das violências notificadas em Salvador, de 2009 a 2015, mostra que 62,3% atingiram mulheres.

Os problemas de saúde mental são vistos por muitos estudiosos da saúde como o mal do século XXI por sua elevada prevalência na população em geral, estimada em torno de 30%. Com a pandemia da Covid-19, este problema tende a se agravar, enquanto a rede de atenção psicossocial (RAPS) da Secretaria de Saúde tem baixa cobertura e resolutividade, além de se encontrar sucateada e desarticulada dos serviços da atenção básica. Os casos agudos em saúde mental continuam sendo absorvidos nos dois hospitais psiquiátricos do estado.

Salvador tem uma alta prevalência de pessoas com algum tipo de deficiência, chegando a atingir 34,5% da população, com pelo menos uma das deficiências visual, auditiva, motora ou deficiência mental/intelectual, variando de comprometimento leve a severo. A síndrome congênita, associada ao zika vírus, vem aumentando a incidência das deficiências. Os serviços de reabilitação estão distribuídos de forma irregular, culminando em um grande vazio assistencial para a maioria da população. As pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade econômica e social precisam, não somente de assistência à saúde, mas, também, de acesso à educação, assistência e desenvolvimento social.

O enfrentamento desse quadro de grande complexidade epidemiológica e social requer uma concepção de saúde ampliada, envolvendo a busca do bem-estar e a qualidade de vida da população, o que exigirá a adoção da intersetorialidade como diretriz estruturante das políticas da saúde, articulando-se às políticas de Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

A organização dos serviços de saúde no município de Salvador dá-se geograficamente em 12 Distritos Sanitários (DS), que são regiões/territórios de saúde, com uma população adstrita que é considerada para efeito de cálculo de cobertura das ações e serviços de saúde. É importante sinalizar a existência de grandes vazios assistenciais em Salvador com insuficiente cobertura da Estratégia de Saúde da Família e uma enorme concentração de serviços especializados em poucos bairros, fatores de dificuldade de acesso da população às ações e serviços de saúde.

Salvador ainda tem uma cobertura da atenção básica insuficiente tanto em quantidade quanto em capacidade resolutiva. Atualmente, a cobertura pelas equipes de saúde da família e unidades básicas chega a apenas 51% da população. São apenas 149 unidades de saúde na atenção básica com 317 equipes de saúde da família. A cobertura de saúde bucal na atenção básica é de apenas 20,32 %.

Diante da perspectiva de permanência da Covid-19 por um tempo ainda não previsível, a atenção básica é essencial para o controle desta pandemia. É preciso reorganizar e fortalecer as ações de vigilância em saúde nos territórios adstritos, com capacidade de testar, identificar, rastrear e isolar os suspeitos e contaminados. É fundamental uma vigilância ampla capilarizada por toda a cidade, acompanhando e orientando medidas de isolamento e de higiene, com equipes fortalecidas em número suficiente para o controle da transmissibilidade do coronavírus.

A ampliação e o fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família, juntamente com as ações de vigilância em saúde, tem sido a proposta mais eficiente para um modelo de atenção à saúde voltado para a prevenção e controle das doenças. A atenção básica deve ser capacitada para regular o acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico e à assistência especializada ambulatorial e hospitalar, garantindo a referência e contrarreferência dos usuários.

A rede de atenção básica deve ter capilaridade e cobertura em todo o território municipal. Ela deve regular o acesso dos usuários, em tempo hábil, aos serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, de acordo com as necessidades, estabelecendo fluxos de atendimento aos serviços fisioterápicos, aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), aos exames diagnósticos laboratoriais e de imagem, aos centros especializados de referência, às cirurgias eletivas e aos encaminhamentos das urgências. Neste sentido, a Prefeitura deve investir em

informatização integrada das redes de atenção do município com prontuário eletrônico e a qualificação das equipes.

A atenção básica, além de consultas e exames, deve estar capacitada e qualificada para realizar ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e controle das zoonoses, ações cada vez mais relevantes diante de doenças transmissíveis endêmicas (dengue, chikungunya, zika, tuberculose, influenza) e as emergentes, a exemplo da Covid-19. A resolução do problema dos vazios assistenciais visando a ampliação do acesso da população aos serviços passa pela territorialização e regionalização da oferta de serviços, garantindo cobertura universal e provendo de serviços os territórios desassistidos. Este é um critério fundamental para redução das desigualdades no acesso à saúde e importante fator para promoção da equidade.

Diretrizes programáticas

106. DEFENDER E FORTALECER O SUS: Envidar esforços pela Revogação da Emenda Constitucional 95 que já subtraiu, até 2019, R\$ 22,3 bilhões do SUS. Fortalecer o SUS como política de Estado. Buscar a necessária ampliação dos serviços públicos de saúde e o custeio desses serviços.
107. FORTALECER O SISTEMA E AS AÇÕES DE SAÚDE: Enfrentar as iniquidades e desigualdades sociais em saúde. Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde com qualidade e humanização do cuidado. Implementar um novo modelo de atenção centrado na promoção da saúde e prevenção de doenças, com o fortalecimento da atenção básica e ações de vigilância da saúde. Fortalecer os serviços públicos de saúde do município para atender às necessidades, implementando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde da população. Fortalecer o controle social e implementar o funcionamento dos conselhos locais e distritais de saúde para o acompanhamento das políticas de saúde no município.
108. FORTALECER A ATENÇÃO BÁSICA: Ampliar a cobertura da ESF para 75% da população de Salvador. Viabilizar a cobertura da ESF para 100% da população dos territórios com os piores indicadores de saúde. Capacitar a atenção básica para regular o acesso das usuárias e usuários aos serviços de atenção especializada como exames laboratoriais, raio X, eletrocardiograma, tomografia, mamografias etc. Fortalecer as ações de vigilância epidemiológica para o controle das doenças transmissíveis e os fatores de riscos associados, incluindo as arboviroses, a Covid-19 e as zoonoses, fortalecendo as equipes de agentes comunitários de saúde e agentes de endemia. Fortalecer a vigilância sanitária para ações de proteção à saúde relacionadas ao consumo de bens e serviços. Melhorar a infraestrutura e fortalecer as Unidades Básicas de Saúde. Ampliar as ações de saúde bucal na atenção básica. Disponibilizar medicamentos essenciais e assistência farmacêutica em todas as unidades básicas de saúde.
109. MELHORAR A REDE DE URGÊNCIA: Melhorar o atendimento das UPAS e Pronto Atendimento, e do Hospital Municipal com acompanhamento sistemático dos indicadores de qualidade e humanização da assistência.
110. CUIDAR DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: Garantir capacidade técnica e orçamento para a implementação, monitoramento e avaliação da política municipal de promoção da saúde integral da população negra. Inserir o combate ao racismo como uma questão de Saúde Pública prioritária, lutando contra o racismo institucional e a discriminação racial nos serviços de saúde. Monitorar e avaliar os indicadores de saúde da população negra, visando a redução da morbimortalidade por doenças crônicas, doenças genéticas e violência. Implementar a melhoria dos registros do quesito raça/cor nos sistemas de

informações da saúde. Garantir à população negra o acesso às ações e serviços de saúde de que necessita, com equidade, qualidade e humanização. Garantir a atenção integral à população com doença falciforme. Inserir conteúdos sobre racismo nos programas de educação permanente dos profissionais de saúde.

111. **PROMOVER A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER:** Garantir consultas e exames para o rastreamento e controle do câncer de mama e de útero. Desenvolver ações intersetoriais com a Educação, visando a prevenção da gravidez precoce. Disponibilizar, nas unidades básicas de saúde, todos os métodos contraceptivos necessários ao planejamento familiar. Disponibilizar consultas e exames de pré-natal para 100% das gestantes. Implementar a lei da Maternidade Certa. Construir a Maternidade Municipal. Desenvolver iniciativas integradas para monitoramento da mortalidade materna no município.
112. **CUIDAR DA SAÚDE MENTAL:** Promover a atenção integral à saúde das pessoas em sofrimento mental, desenvolvendo a articulação dos CAPS com a atenção básica e viabilizando a referência e contrarreferência do usuário na rede de saúde. Requalificar todos os CAPS para CAPS III, provendo de pessoal e infraestrutura adequada. Valorizar o movimento antimanicomial, promovendo a escuta das usuárias e usuários e a sua integração no seio familiar e social.
113. **PROMOVER A ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Promover a acessibilidade aos serviços da atenção à saúde, especialmente à atenção básica para o acompanhamento contínuo e permanente das e dos portadores de deficiência. Descentralizar serviços de reabilitação para os distritos sanitários. Promover a articulação intersetorial com a assistência social para aquelas e aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade.
114. **CUIDAR DA SAÚDE DAS PESSOAS LGBTQI+:** Realizar o diagnóstico da saúde desta população e propor medidas de inclusão nas ações de proteção, promoção da saúde e prevenção de doenças.
115. **CUIDAR DA SAÚDE DAS PESSOAS OBESAS E GORDAS:** Disponibilizar acompanhamento nutricional, psicossocial das pessoas obesas e gordas e com predisposição genética e familiar, além de maior orientação, prevenção, controle e tratamento em crianças e adolescentes.
116. **QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO NA SAÚDE:** Desenvolver política de valorização do trabalho, promovendo a educação permanente visando a qualidade da assistência e humanização do cuidado. Envolver os trabalhadores na construção de uma gestão democrática para um projeto político transformador da saúde. Instalar mesa de negociação, conforme previsto nas normativas do SUS.
117. **QUALIFICAR A GESTÃO E REGULAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE:** Implementar a regulação do acesso à assistência especializada (exames e tratamentos) por meio da unidade básica de saúde e da equipe de ESF, onde o paciente já tenha sua consulta ou exame especializado agendados e não fique peregrinando em busca de atendimento.

3.3 Política de assistência social

No contexto de pandemia da Covid-19, as desigualdades e as situações de vulnerabilidade social, que já se configuravam como graves problemas no Brasil, agravam-se diante da interrupção ou redução nas estratégias e dinâmica de sobrevivência e reprodução material adotadas pelas famílias pobres e extremamente pobres, inclusive em função do isolamento social e cuidados intensivos com a saúde adotados pelos governos como medidas

preventivas. Tal realidade exige, por sua vez, robustez e intensidade nas intervenções de proteção social não contributiva.

A proteção social é uma concepção inaugurada e fortalecida no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, quando se estabelece a Seguridade Social por meio do tripé: Previdência Social, Saúde e Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, universalizando o acesso a direitos sociais com o objetivo de bem-estar e justiça social, e combatendo a pobreza e as desigualdades.

A Assistência Social configura-se como política pública setorial, de proteção social não contributiva, destinada a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, incluindo aquelas decorrentes da pobreza. Materializa-se por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo a assegurar renda, sobrevivência, convívio familiar e comunitário, acolhida e autonomia de quem desta política necessitar. Trata-se de um tipo de proteção social que se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.

Diagnóstico

Em Salvador, o órgão gestor da Política de Assistência Social é a **Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza** – Sempre, uma secretaria mista, que agrega a gestão de políticas transversais à gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A Sempre tem a finalidade de planejar, propor e coordenar a execução das políticas municipais de assistência social e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, articular e mobilizar as ações voltadas à redução e erradicação da pobreza e à promoção da cidadania, garantir a manutenção dos direitos e necessidades básicas do cidadão, bem como proteger e defender os animais domésticos e silvestres e planejar, coordenar e atualizar cadastro de pesca e aquicultura e Seguro Defeso no município.

O contingente populacional de 2,9 milhões de habitantes de Salvador está distribuído em aproximadamente 790.000 famílias. Dados de junho de 2020 indicam que a capital baiana possui 326.561 famílias inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), o que corresponde a 41% das famílias residentes no município, e 180.706 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, apenas 23% das famílias soteropolitanas.

O CadÚnico é a base de dados do governo federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda, que têm renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa. O CadÚnico serve como referência para benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros. Para a economia municipal, o Programa Bolsa Família representa cerca de R\$ 28 milhões mensalmente nas mãos das famílias vulnerabilizadas, que recebem em média R\$ 154,60 por mês de benefício.

A Rede Socioassistencial do município é composta por diversos equipamentos de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade, além da rede privada conveniada, complementar aos equipamentos e serviços públicos. A maioria dos equipamentos do SUAS em Salvador não dispõe de condições adequadas para execução dos trabalhos, nem para o atendimento das famílias, estrutura física, acesso à internet,

computadores, impressoras. Vale registrar que muitos trabalhadores do SUAS ainda possuem vínculos fragilizados com a administração municipal.

Na Proteção Social Básica, o município de Salvador possui 28 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Cada CRAS tem capacidade para atender 1.000 famílias por ano e deve referenciar até 5.000 famílias do seu território de abrangência. Esses equipamentos juntos possuem capacidade para o atendimento de 28 mil famílias/ano e referenciam 140 mil famílias.

A taxa de cobertura de referência da PSB em Salvador é de apenas 43% em relação ao total de famílias inscritas no CadÚnico. Para a cobertura de 100% dessas famílias, seria necessária a implantação de aproximadamente 37 novos equipamentos, totalizando 65 CRAS.

Na perspectiva de universalização do acesso ao SUAS, os 28 CRAS de Salvador cobrem apenas 18% das famílias. Para cobrir 100% desse público, seria necessária a implantação de aproximadamente 130 novos equipamentos, totalizando 158 CRAS.

Ainda no campo da PSB, o município oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Este serviço é complementar ao acompanhamento familiar realizado pelas equipes de referência dos CRAS e é ofertado para as famílias por meio de grupos divididos por faixa etária, de crianças a idosos.

No entanto, em Salvador a oferta do SCFV é totalmente indireta, executada por Organizações da Sociedade Civil (OSC) conveniadas à Prefeitura e que em sua maioria são vinculadas a instituições religiosas. Essa oferta totalmente indireta contradiz as diretrizes do SUAS, que estabelecem a primazia da oferta direta dos serviços por meio dos municípios, além de impactar na gestão, planejamento e alcance do SCFV e na qualidade técnica da oferta.

A capacidade pactuada de oferta desse serviço é de 8.190 vagas e a meta de inclusão do público prioritário é de 4.095. Dados de setembro de 2019 registram 2.274 beneficiários inseridos no SCFV de Salvador (28% da capacidade). Destes, apenas 552 são do público prioritário (14% da meta).

Na Proteção Social Especial, o município possui 7 CRAS, com capacidade para atender 560 casos de violência e/ou violação de direitos para indivíduos e famílias. Possui também quatro Centros POP ativos e um em implantação. Esses são Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua. Há, ainda, um Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e diversos serviços de acolhimento institucional.

O SUAS deve garantir também a oferta de Benefícios Eventuais enquanto um dos tipos de benefícios socioassistenciais. Essa é uma das respostas do campo da Política de Assistência Social, decorrente do princípio constitucional da dignidade humana, e se coloca como proteção social não contributiva para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo-lhes sobrevivência, apoio e auxílio em situações de vulnerabilidade temporária, em virtude de nascimento, morte, situações de emergência e calamidades, de forma complementar e provisória.

O caráter não contributivo do SUAS e seu direcionamento a todos/as que dele necessitarem, além da conjuntura de agravamento das expressões da questão social durante e no pós-pandemia do Covid-19, materializarão diversos desafios à nova gestão municipal na perspectiva do fortalecimento da proteção social conforme diretrizes a seguir.

Diretrizes programáticas

118. QUALIFICAR A GESTÃO DO SUAS: Qualificar a gestão do SUAS por meio da secretaria municipal responsável pela política de Assistência Social. Definir percentual mínimo de investimento no orçamento da Assistência Social.

119. QUALIFICAR A GESTÃO DO CADÚNICO: Qualificar o acompanhamento de condicionalidades da Saúde e Educação, visando à melhoria do índice de 0,76 do IGD-M para 1 (índice máximo), garantindo um repasse federal de até R\$ 977.993,25 mensalmente para investimentos na gestão (atualmente, Salvador recebe R\$ 163.384,00 mensais de IGD-M).
120. AMPLIAR OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Ampliar, gradativamente, o acesso das famílias ao CadÚnico. Ampliar, gradativamente, a cobertura dos serviços de PSB e PSE. Garantir a oferta prioritária do SCFV de forma direta.
121. VALORIZAR E CAPACITAR OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir equipes técnicas de referência completas em todos os equipamentos/serviços. Implantar/Qualificar Política de Educação Permanente para trabalhadores do SUAS e conselheiros da Assistência Social.

3.4 Segurança pública

O “novo normal” estabelecido pela pandemia do Sars-Covid-19 eleva sobremaneira as carências em segurança pública, que passam a envolver situações ligadas à higienização, permanência e uso dos espaços públicos comuns. As políticas públicas visarão constituir um modelo de segurança pública municipal que se fundamente em uma postura prioritariamente preventiva e garantidora de seus órgãos de execução, fundamentada no respeito aos direitos humanos e na igualdade social, como baluarte de combate à criminalidade.

Desafios da segurança pública municipal

Em 2017, foram registrados 65.602 homicídios no país, com o aumento, em dez anos, da ordem de 15,6% em mortes violentas letais intencionais. O estado da Bahia apresentou o aumento de 104,6% nos registros de homicídios (7.487 apenas no ano de 2017), além do aumento de 118,2% na morte de negros jovens entre 15 e 29 anos de idade, fazendo a Bahia aparecer em sétimo lugar entre todos os estados no homicídio desse público. Salvador amarga a mesma tendência com o registro de 1.763 homicídios, em 2017, e o aumento de 44% no último ano.

Diversos são os elementos que interferem no combate à criminalidade, dentre os quais se destacam a grande população de 2,9 milhões, a extensão territorial de 693,453km² e a enorme vulnerabilidade social da população.

Salvador também possui fatores criminológicos locais, como porto marítimo, espaços de diversão, baixa renda *per capita* e alto índice de população flutuante, seja por razões industriais, turísticas, profissionais, tratamento de saúde, culturais ou comerciais, com acréscimo especial no verão.

Neste sentido, Salvador vem sofrendo o grande impacto da violência local à qual se somam ações de grupos criminosos organizados externos que, em rede nacional, estimulam conflitos entre facções para domínio de poder geográfico nos bairros e sustentação econômica de seus negócios ilícitos, vitimizando, em especial, a juventude vulnerável.

Outra vertente da violência na cidade de Salvador aponta para a necessidade de cuidarmos da vida das mulheres soteropolitanas na busca pela igualdade de gênero em uma perspectiva antirracista, por meio de políticas públicas que garantam não apenas a qualidade de vida, mas sua existência física e social, atualmente afetada pela alto índice de feminicídios. Salvador é uma das três capitais no nordeste líderes dos casos de violência contra as mulheres, segundo pesquisa da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Maria da Penha.

Funcionamento da segurança pública em Salvador

Salvador possui pequena competência residual e recursos orçamentários comparados às estruturas de segurança pública das esferas estadual e federal. Não obstante, a situação de violência demanda da gestão municipal iniciativas de auxílio às comunidades para melhoria da segurança local.

O município deve empreender ações transversais e interdisciplinares em segurança pública que auxiliem a sociedade diante da pressão da violência urbana para permitir a interação e mobilidade das pessoas, bem como a atuação de órgãos municipais, cuja atenção será estabelecer um novo modelo sob o aspecto garantidor.

O fomento à construção de uma segurança pública municipal, além de inovador, permite evitar omissões e implementar estratégias inteligentes para coibir vulnerabilidades de segurança pública e social. Deve incluir ações preventivas a partir de um olhar multidisciplinar, estabelecer aos agentes municipais modelo de trabalho que se pautem no respeito à igualdade e na postura garantidora, além de dar continuidade às sinergias e cooperações existentes com os entes estaduais e federais, que também são fundamentais para a prevenção da criminalidade em Salvador.

De acordo com a legislação, a competência acerca da segurança pública recai como dever do Estado em todos os seus níveis e esferas, mediante compromisso e responsabilidade de todos, com a defesa à incolumidade das pessoas, a proteção dos bens jurídicos fundamentais para o objetivo da convivência pacífica entre os seres humanos.

No âmbito das cidades, impõe-se o trabalho dos órgãos da defesa civil, da ordem e das guardas municipais, por serem os principais (mas não únicos) órgãos de execução das políticas de segurança pública dos gestores municipais junto à comunidade. São instrumentos imprescindíveis de organização do uso do espaço territorial da cidade, da proteção dos bens públicos e das liberdades públicas, do foco na prevenção de riscos, desastres e violências e da solidariedade comunitária para prevenção da saúde coletiva.

A Lei nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais (GMs), ampliou as responsabilidades do município na prevenção da criminalidade. Em especial, as guardas municipais, antes com função de garantia da segurança patrimonial, passam a figurar como braço executor da segurança pública municipal, com competência de segurança e proteção das pessoas, nos moldes similares ao ente estadual.

Nova competência da Guarda Municipal

As GMs passaram a ter algumas competências similares às das polícias militares estaduais, com a diferença de serem instituições civis não militarizadas, com olhar para a proteção do patrimônio público. Entretanto, podem atuar nos territórios dos municípios diretamente para a incolumidade das pessoas, tanto de modo preventivo quanto repressivo.

Assim, apresenta-se a oportunidade de melhoria da atuação dos serviços municipais de segurança pública, estabelecendo novos processos, métodos e rotinas para seus agentes de execução, sob o modelo garantidor, visando pautar ações de segurança da população. Há, ainda, o desafio da gestão da segurança em uma capital de estado com uma criminalidade complexa, que se desenvolve em um ambiente historicamente construído na desigualdade social, acrescido de questões de raça e gênero, e numa dinâmica distinta de uma cidade comum.

Diretrizes programáticas

122. PLANEJAR A SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL: Realizar planejamento estratégico e plano plurianual para a segurança de Salvador, envolvendo diferentes secretarias e órgãos, com ações e tarefas a serem desenvolvidas durante a gestão do município de Salvador.

123. CRIAR OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA SOCIAL: Criar instrumento de coleta e tratamento de dados e Observatório de Segurança Social com foco na criminalidade e nos aspectos sociais do município, de modo a possibilitar análises, monitoramento, discussão e ações voltadas à resolução das problemáticas da cidade (criminais e não criminais), favorecendo a tomada de decisão sob participação multidisciplinar (não exclusivamente penal).
124. PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ADMINISTRATIVAS: Reforçar parcerias e integração para segurança com as instituições estaduais e federais dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público e parceiros, para a consecução de ações e melhorias das rotinas de segurança pública no município.
125. ATUAR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Criar O PROGRAMA MUNICIPAL DE MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, incluindo a Câmara de Conciliação Municipal, de modo a possibilitar a humanização do tecido social e auxiliar na resolução de pequenos problemas da comunidade a partir do modelo conciliatório.
126. ZELAR PELA SEGURANÇA DA MULHER: Criar os Centro de Referência de Atenção à Mulher nas regiões de Cajazeiras e no Subúrbio, como forma de descentralizar a segurança e o atendimento das mulheres em situação de violência, como ambientes de prevenção e atendimento pós-violência.
127. DISSEMINAR BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA: Promover o estímulo às boas práticas na segurança pública e criar o Prêmio de Segurança Garantidora, com foco no público interno da administração municipal e na sociedade em geral, visando estimular ações positivas e soluções de segurança para a sociedade.
128. PROMOVER A CIDADANIA E O RESPEITO ÀS IGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO: Implementar projetos voltados ao exercício da cidadania e das liberdades públicas direcionados à proteção da juventude, das mulheres e meninas das comunidades e que fomentem a igualdade racial, de classe e de gênero. Formar servidores públicos, em especial o efetivo da GM, para respeito à igualdade racial e de gênero, por meio do estabelecimento de modelo de atuação garantidora com respeito à diversidade.
129. REESTRUTURAR A GUARDA MUNICIPAL: Reestruturar a guarda municipal de Salvador, investindo na sua modernização, qualificação e mudança cultural para que os parâmetros de atuação e abordagem sejam pautados, na postura garantidora, na mudança cultural que promova a segurança urbana e a preservação dos direitos humanos.
130. CUIDAR DO AMBIENTE E INTRODUIZIR TECNOLOGIAS PARA DIMINUIÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA: Revitalizar ambientes e espaços comunitários, coibindo a degradação da sua infraestrutura de modo a evitar o risco de violência urbana, a partir da melhoria dos instrumentos públicos e infraestrutura dos espaços comunitários. Adotar o uso de instrumentos digitais e tecnologias que auxiliem na prevenção da criminalidade e que permitam participação direta da sociedade.

3.5 Políticas públicas para as mulheres, combate ao racismo e promoção da igualdade racial

Salvador foi considerada a cidade de mulheres pela antropóloga estadunidense Ruth Landes que, por meio da sua pesquisa, compreendeu o protagonismo das lideranças das mulheres baianas em sua ancestralidade africana, utilizando-se das categorias de gênero e raça em seus estudos no início da década de 40 do século XX.

A nossa cidade é a mais feminina do estado. Assim, a proposta de governo para as mulheres é dialógica com a história de vida da candidata à Prefeitura, Olívia Santana, mulher preta e filha

da periferia de Salvador, que vem das lutas contra o racismo e o machismo, liderando manifestações nas ruas, mas também legislando e empreendendo ideias inspiradoras na gestão pública, como a Ronda Maria da Penha. Olívia é a primeira deputada estadual preta eleita na Assembleia Legislativa da Bahia; para a mulher negra reexistir, é um ato político revolucionário, se consideramos, evidentemente, o conceito metodológico fundamental da interseccionalidade que se define no entrelaçamento das categorias de gênero, raça, classe, sexualidade e geracional para a formulação e implementação das políticas públicas transformadoras neste contexto social neocolonial da nossa cidade. Com isso, elaborar políticas públicas transformadoras perpassa pela compreensão do diagnóstico social da condição das mulheres em sua diversidade e desigualdades.

A cidade das mulheres precisa da Salvador plural em suas vivências. A partir de uma construção coletiva, o próximo governo pretende fortalecer a parceria entre o Poder Público Municipal e organizações governamentais e não governamentais para transformar a capital baiana em um lugar seguro e inclusivo às mulheres. Assim, para garantir o êxito da nossa gestão para a igualdade é que elaboramos este programa interseccional, onde gênero e raça e o respeito à orientação sexual das pessoas caminharão juntos na definição e otimização das políticas públicas.

As mulheres em tempos da pandemia Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizou o surto da Covid-19 enquanto pandemia, devido à gravidade da maior crise sanitária da história recente das civilizações humanas e de impactos econômicos e sociais no mundo, afetando principalmente as populações em situações de mais vulnerabilidades. No primeiro epicentro desta crise, China, as autoridades governamentais logo constataram nas delegacias o aumento da violência contra as mulheres. Segundo a ONU Mulheres, em contexto de isolamento social, sendo a medida preventiva à propagação da Covid-19 adotada pelos governos em estado de emergência, os riscos da violência doméstica contra as mulheres são maiores, pois estas ficam mais tempo no ambiente doméstico em convivência com seu agressor. Como as ativistas de direitos humanos e feministas denunciavam, os lares não são seguros para a maioria das mulheres em uma cultura patriarcal, que se firma pela masculinidade tóxica de dominação dos corpos femininos.

Na Bahia, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, neste período pandêmico houve um aumento de 150% em maio de 2020 em relação a maio de 2019 de casos de feminicídio, e, no serviço de atendimento Ligue 180 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, constatou-se o aumento de 54% em abril considerando março de 2020. É incompatível com a ideia de avanço da humanidade a manutenção de práticas machistas e misóginas que chegam a destruir fisicamente milhares de mulheres. O nosso compromisso é investir na mudança cultural do pensamento da nossa população, especialmente dos homens, para que tal prática seja eliminada das nossas relações sociais. Queremos uma Salvador sadia e livre de violência contra as mulheres e meninas.

Desigualdade e pandemia: a soma dos fatores é igual a racismo

Moramos numa cidade que tem orgulho de ser a mais negra do país. Entretanto, somos a capital da desigualdade, do desemprego, da concentração da renda, da violência, da baixa

qualidade da educação e da saúde, bem como da sub-representação da maioria da população nos espaços políticos.

A soma das taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, tendo como referência o ano de 2018, é de 46% para população negra e 35,3% para a população branca.

Segundo a PNAD Continua Trimestral de 2018, o rendimento dos trabalhadores pretos foi de R\$ 1.640,00, enquanto o dos brancos foi de R\$ 4.969. Trata-se de uma diferença de longo histórico e que se mantém em momentos de crescimento econômico, mas que se acentua em períodos de retrações e crises.

Conforme o último censo do IBGE, 36,4% da população negra vivem em setores de aglomerados subnormais. São áreas precárias, com altos índices de violência, marcadas pela pobreza e investimentos públicos mal planejados, insuficientes e executados de modo a atender os interesses político-eleitorais da base de sustentação do atual prefeito e coligados.

A situação em tela é dramaticamente agravada pelo advento da pandemia do novo coronavírus. As áreas de maior concentração de pessoas negras são as mais vulneráveis à Covid-19, onde os números de contaminação e óbitos são mais altos em Salvador.

A fim de conter o avanço da pandemia, a cidade adotou medidas de isolamento social e restrição total ou parcial das atividades de comércio e serviços em gerais, setores responsáveis pela maioria dos empregos e sustentação da economia da capital baiana. O efeito colateral foi mais desemprego, aumento cavalgar da informalidade, pobreza e violência.

Já para ter acesso ao auxílio emergencial, solução para atenuar o drama de parte da população, as famílias beneficiárias foram submetidas às humilhantes, longas e aglomeradas filas de espera.

A Covid-19 é um problema grave mundial e, no Brasil, encontrou terreno fértil para se proliferar aceleradamente, visto que o presidente da República atual encampa uma agenda genocida e antidemocrática. Pobres e pretos são os mais impactados exatamente por não terem proteção social adequada. Salvador não foge dessa realidade e não é possível eximir a atual gestão das mortes registradas.

O Brasil passa por uma grave crise econômica, e com isso a desigualdade aprofundou-se. Temos, hoje, 41 milhões de pessoas na informalidade e 13,5 milhões na miséria absoluta. 60% dos mais pobres recebem em média R\$ 850 por mês. Esses números falam por si e mostram o porquê de nossa candidatura ter como mote a luta por uma cidade mais igualitária. A redução da desigualdade é condição inescapável para atingirmos o desenvolvimento.

Salvador tem algumas características que devem ser consideradas numa agenda antirracista e desenvolvimentista: é a 4ª cidade mais populosa do Brasil; está situada na 8ª região metropolitana em termos de PIB; é o 2º polo industrial do norte-nordeste; um dos maiores mercados consumidores do país e um importante destino turístico.

Essa agenda considera a população negra fator determinante da economia municipal. Isso significa garantir acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação – Inclusão Digital em banda larga; uma fluida Mobilidade interurbana e intraurbana.

Salvador terá uma política econômica que valorize e estimule a produção e exportação de conhecimento, de cultura; a prestação de serviços de empresa a empresa (B2B); de serviços de educação, de saúde; de lazer e entretenimento, e de turismo.

Considerando o exposto e em inteira consonância com as propostas descritas neste programa que adota uma perspectiva que valoriza e evidencia a presença e o atendimento às mulheres, combate o racismo e promove a igualdade racial, apresenta-se as diretrizes e propostas complementares às já listadas nos demais eixos.

Diretrizes programáticas

131. CRIAR A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: Estruturar e fortalecer organismo de políticas para as mulheres, para a execução da sua missão institucional como um centro elaborador de proposta, dialogando com os movimentos sociais de mulheres, de articulação e monitoramento das políticas públicas de redução das desigualdades interseccionais de raça, geração, vulnerabilidade social, deficiência entre outras.
132. CRIAR A CÂMARA DE GÊNERO: Criar a Câmara Temática de Gênero com representação das várias secretarias, coordenada pelo organismo de políticas para mulheres para adoção da transversalidade e perspectiva de gênero nas políticas municipais por iniciativa das diversas instâncias.
133. APOIAR OS COLETIVOS DE MULHERES: Apoiar as atuações dos coletivos de mulheres em todas suas especificidades, por meio da criação de editais de seleção de projetos com foco na valorização e empoderamento das mulheres.
134. AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO: Implementar medidas para ampliar a participação de mulheres nas diversas instâncias de gestão, principalmente em cargos executivos, a exemplo de secretarias, superintendências, diretorias e coordenações.
135. COMBATER A EXPLORAÇÃO SEXUAL: Desenvolver medidas de combate à exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens e mulheres.
136. COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQI+: Executar, no âmbito municipal, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTBQI+.
137. IMPLANTAR A CASA DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: Estruturar local em que a mulher permanece de um a 15 dias, para primeiros atendimentos no enfrentamento à violência doméstica e familiar.
138. VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA COM GESTÃO COMPARTILHADA (município e estado): Integrar no mesmo espaço diferentes serviços especializados que atendam aos mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado especializado em violência doméstica e familiar contra as mulheres, ministério público, defensoria pública, serviço de promoção de autonomia econômica, espaço de cuidado das crianças – brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes.
139. CRIAR O PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO PARA HOMENS AGRESSORES para fins de reduzir a reincidência deles em práticas de violência de gênero, através de atendimento terapêutico e acompanhamento psicossocial como conscientização dos impactos e consequências da violência e o seu entorno como tratamento preventivo, bem como formação de profissionais da estrutura do município de Salvador, que direta ou indiretamente atuem ou que queiram atuar na prevenção da violência praticada contra as mulheres.

140. FORTALECER A ATUAÇÃO EM REDE: Estimular e fortalecer a atuação articulada dos diversos setores (em especial, da assistência social, educação, cultura, da justiça, da segurança pública e da saúde), em REDE para a efetivação de políticas públicas estratégicas de promoção, prevenção em especial para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Mapear os serviços oferecidos para atendimento, acolhimento e todas as demais políticas que direta ou indiretamente esteja relacionado às mulheres, para garantia de melhor acesso aos serviços;
141. REESTRUTURAR E ATUALIZAR O CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER DE SALVADOR: apoiar e estruturar o órgão consultivo e fiscalizador da implementação das Políticas Públicas, com a inserção de diretorias setoriais (prefeituras bairro) e garantia de representação de mulheres idosas junto ao Conselho;
142. ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO para monitoramento: estimular no âmbito do governo municipal a articulação, monitoramento e avaliação de enfrentamento ao machismo, racismo, sexismo, e lesbofobia;
143. COORDENAR E DIRIGIR AS CAMPANHAS INTERNACIONAIS E LOCAIS DE IMPACTO SOBRE A VIDA DAS MULHERES: executar campanhas a exemplo do Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latino-americana e Caribenha, Dia da Visibilidade Lésbica, Dia da Visibilidade Trans, Outubro Rosa, 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência.
144. IMPLEMENTAR O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: Regulamentar e implementar o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, constituindo um plano decimal de redução das desigualdades raciais, transversal, intersectorial e participativo, com metas nas áreas da educação, saúde, habitação, cultura, esporte, combate à violência, enfrentamento ao racismo institucional e qualificação profissional.
145. REESTRUTURAR E FORTALECER a SECRETARIA DE REPARAÇÃO: execução da missão institucional como um centro elaborador de proposta, dialogando com os movimentos sociais negros, setor empresarial, sindical e de outras áreas, para cumprir sua função de articulação e monitoramento das políticas públicas de redução das desigualdades interseccionais de raça, geração, vulnerabilidade social, deficiência entre outras que impactam negativamente a vida da população negra.
146. FORTALECER E VALORIZAR O FUNDO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE MULHERES AFRODESCENDENTES (FIEMA): realização de ações, iniciativas e projetos com foco no fortalecimento e valorização do FIEMA.
147. INCLUIR AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO PÚBLICO: Melhorar a qualidade do ensino público, com inclusão da educação das relações étnico-raciais, redução do analfabetismo e garantir um programa de qualificação profissional e empreendedora para a população negra, com foco nas mulheres e juventude negra;
148. VIABILIZAR A PROMOÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: Garantir capacidade técnica e orçamento obrigatório para a implementação, monitoramento e avaliação da política municipal de promoção da saúde integral da população negra;
149. REVER A POLÍTICA MUNICIPAL PARA AS MULHERES: Revisar a política municipal para as mulheres e criar um programa de garantia da autonomia econômica, empoderamento político e social para as mulheres, com ênfase nas mulheres em situação de vulnerabilidade social considerando as dimensões étnicas, raciais, geracionais, regionais, orientação sexual e de deficiência;
150. ESTABELECER POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: Construir novo marco de políticas públicas para a juventude e criar programa de garantia da autonomia econômica, desenvolvimento político e social da juventude negra;
151. IMPLEMENTAR PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATRIZ AFRICANA: Implementar, em parceria com a Secretaria de Cultura, um programa de promoção e preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico vinculado à

matriz africana em Salvador, tendo em vista o atendimento às comunidades e povos, comunidades quilombolas, grupos de capoeira, grupos e produtores culturais de negros e negras.

4. Gestão democrática da cidade

Os eixos do Programa de Governo estarão apoiados em uma gestão democrática, cuja disposição de governança abrange o diálogo com a sociedade civil organizada e sempre ativando e legitimando a cidadania. Esse programa pressupõe que ao lado de políticas sociais, tenha-se um crescimento sustentado para tornar Salvador mais igual. Mais que isso, as políticas setoriais, como saúde, educação, cultura e segurança pública, demandam ser repensadas pelas questões que advém das identidades, do ciclo de vida, da raça ou etnia e da deficiência, para que, de fato, tornem-se políticas transversais.

A gestão municipal deverá considerar os efeitos da pandemia da Covid-19 e a necessidade de medidas emergenciais em função da recessão econômica mundial e local, da queda das receitas e, portanto, do Orçamento Municipal, reduzindo extraordinariamente o gasto público e seus efeitos multiplicadores de estímulo à atividade econômica.

Mais e mais, a solução para a crise sanitária e econômica – as crises gêmeas – é uma mudança de rumo na política nacional que leve ao controle da pandemia em níveis aceitáveis o mais breve possível, e a consequente retomada da economia com presença positiva do Estado Nacional.

Todo o esforço deve estar concentrado na reconstrução do tecido social, dos laços solidários, típicos da economia de proximidade, da economia local, configurada em relações de fortalecimento das instituições democráticas, no orçamento participativo, na dinamização das subprefeituras e dos conselhos municipais, na busca por investimentos e na melhoria dos serviços e do atendimento ao cidadão, com o uso inovador das novas formas de tecnologia.

A nova gestão demandará desembaraço político para obtenção de recursos federais e de articulação com o Congresso para que a União cumpra a sua função constitucional na federação – de formulação de política nacional de enfrentamento à “segunda onda”, garantindo os recursos necessários. Caberá aos municípios, apesar das amarrações às quais estão submetidos e os limites à geração de receita própria, executarem essa política.

As competências privativas dos municípios, definidas na Constituição Federal de 1988, abrangem a educação infantil, o primeiro ciclo do ensino fundamental, o atendimento básico de saúde, o saneamento, a infraestrutura viária, o urbanismo, a iluminação pública, dentre outros.

No primeiro ano do mandato, caberá à nova gestão adaptar o planejamento estratégico da cidade para o Programa de Governo, trazendo para o Plano Plurianual (PPA) as metas de médio prazo, que devem ser cumpridas no período de quatro anos, iniciando em 2022. Deverá também encaminhar a lei orçamentária (LOA) para o ano seguinte.

Como condicionante para uma boa gestão fiscal, propõe-se apresentar um orçamento real, isto é, em que as estimativas das receitas sigam o rigor técnico, de modo a expressar o quanto se espera que seja arrecadado e que as despesas sejam fixadas de modo a não ultrapassar as

receitas, evitando-se contingenciamento ou medidas de descumprimento do orçamento. O orçamento deve ser cumprido. Só assim se consegue pensar em longo prazo. Torna-se indispensável que Políticas Públicas articulem-se com iniciativas de estímulo ao investimento público e privado, mesmo no nível municipal, otimizando o gasto público em geral.

O município deverá perseguir a sua autonomia, isto é, gerar receita suficiente para manter sua estrutura, reduzir custos, de forma planejada, e gerar poupança para financiar os investimentos. Para isso, a Administração Tributária deve ser eficaz e transparente.

Recorrer a emendas ou convênios é um dos caminhos para buscar recursos para Salvador. O setor de serviços e o mercado imobiliário permitem que a arrecadação municipal supere levemente as transferências provenientes de Estados e União.

Diretrizes programáticas

152. REALIZAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: Efetivar as plenárias do Orçamento Participativo, respeitando a liberdade de opinião das e dos participantes e oferecendo informações necessárias para que cidadãos e cidadãs possam decidir melhor.
153. FORTALECER O GOVERNO DIGITAL: Criar o Gabinete Digital como canal direto entre a população e a prefeita. Desenvolver ou adquirir tecnologias digitais com vistas a melhorar o atendimento ao cidadão.
154. FORTALECER AS PREFEITURAS-BAIRRO E OS FORUNS REGIONAIS: Fortalecer as prefeituras-bairro para agilizar a execução dos serviços básicos nos bairros. Realizar os Fóruns de Serviços em cada região, com a participação das secretárias e secretários municipais, para que a população possa acompanhar a qualidade dos serviços públicos, como limpeza urbana, transporte, saúde, segurança e creches.
155. DEMOCRATIZAR A ESCOLHA DOS ADMINISTRADORES REGIONAIS: Estabelecer critérios democráticos e de mérito para indicação das administradoras e administradores regionais; respeitar os canais institucionais de participação nas decisões do governo e a articulação deles com os canais próprios de expressão da sociedade.
156. MELHORAR O ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Avaliar e divulgar a satisfação das usuárias e usuários com relação aos principais serviços da Prefeitura: posto de saúde, escola, transporte coletivo, coleta de lixo etc.; aplicar critérios de racionalidade e modernização da máquina e capacitação de suas servidoras e servidores, de forma a atender as necessidades também de democratização, participação e transparência.
157. CRIAR O SERVIÇO CIDADÃO PARCEIRO: Transformar o serviço 156 em plataforma única de atendimento ao cidadão, com respostas objetivas e prazos para a realização dos serviços demandados via telefone, site ou aplicativos para celulares e tablets; ofertar meios de acesso à informação para os setores excluídos. Exemplo: implantação de telecentros para suporte ao acesso à informação e aos serviços.